

- [15] 2003b “O estudos dos documentos notariais latino-portugueses e a história da língua portuguesa”, *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita* (Universidade de Alcalá de Henares), 11: 75-122.
[artigo]

António EMILIANO, *O estudos dos documentos notariais latino-portugueses e a história da língua portuguesa*, «SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita» 11(2003) I.S.S.N. 1134-1165, Universidad de Alcalá, Alcalá de Henares 2003 pp. 77-126.

O ESTUDOS DOS DOCUMENTOS NOTARIAIS LATINO-PORTUGUESES E A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA¹

ANTÓNIO EMILIANO
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
ah.emiliano@fcsh.unl.pt

0. INTRODUÇÃO

Como nota prévia a este artigo parece-me importante esclarecer que o meu interesse pela diplomática médio-latina hispânica resulta de, dada a minha formação de linguista e romanista, esses textos me parecerem importantes sobretudo como documentos scripto-linguísticos preciosos que atestam fases antigas das línguas e das escritas ibero-românicas.

Os documentos latino-românicos, sobretudo quando preservados em diplomas autógrafos, são textos do maior interesse para a história antiga das línguas e dos sistemas de escrita medievais peninsulares, pois, constituindo actos comunicativos sincronicamente válidos e legítimos, testemunham abundantemente uma tradição estável de escrita multi-secular que precedeu o surgimentos das *scriptae* ibero-românicas medievais.

¹ O plano geral deste artigo baseia-se numa comunicação inédita apresentada ao Congresso Internacional 500 Anos de Língua Portuguesa no Brasil, Universidade de Évora, 8 a 13 de Maio de 2000: mantenho aqui o título original dessa comunicação e o esquema geral de exposição das matérias. As secções sobre quadros conceptuais para a compreensão do desenvolvimento da escrita romance baseiam-se (com algumas alterações) numa comunicação com o título “The textualization of Portuguese in the late 12th and early 13th centuries”, apresentada ao Colóquio Internacional *The Early Textualization of the Romance Languages – Recent Perspectives*, Oxford (Trinity College e Pembroke College), 22 a 24 de Março de 2002, a ser publicada nas respectivas actas em número especial da revista *Medioevo Romanzo*.

Por tal razão, não considero legítima, heurísticamente interessante, ou sequer empiricamente fundada, qualquer abordagem da diplomática latino-medieval hispânica que se baseie numa concepção deficitária ou decadentista da literacia medieval: de acordo com essa perspectiva, que tem caracterizado em geral a abordagem de filólogos tradicionais (romanistas e latinistas) e de historiadores e diplomatas, os documentos latino-românicos da Península Ibérica não seriam mais que o produto da insciência de pobres notários medievais incultos; isolados e atrasados culturalmente, perdidos em centros monásticos remotos sem contacto com as correntes culturais europeias da época, lutando contra a sua ignorância do Latim, das *auctoritates* e das *litterae*, esforçar-se-iam, sem sucesso, por contrariarem as constantes interferências do vernáculo na sua produção escrita. Porque não compreendiam as fórmulas que repetiam cegamente e estropiando-as a cada passo, seriam notários incompetentes; porque cometiam agravos constantes e profundos contra a integridade da ortografia e da gramática latinas seriam *scriptores* incompetentes e semi-letrados. Esta visão pessimista e negativista da literacia hispânica e do primitivo notariado hispânico deve ceder lugar a uma perspectiva mais iluminada e actualizada que tenha em conta avanços importantes no estudo da literacia e do processamento da língua escrita (tanto na área da scriptologia e da psicolinguística, como na área da antropologia).

É forçoso hoje introduzirmos operativamente na discussão e análise dos diplomas médio-latinos conceitos como *comunidade discursiva*, *interpretabilidade textual*, *competência pragmática*, *competência scripto-linguística*, *estrutura grafémica*, *acesso lexical*, *transcodificação grafo-fonémica vs grafo-semântica*, *variação e polimorfismo grafémico*, *standardização e codificação linguísticas*, etc. (recebidos de diversas disciplinas como a sociolinguística, a pragmática, a linguística do texto, a análise do discurso, a psicolinguística, a scriptologia, a grafemática, a antropologia cultural, a antropologia social, a história das ideias e das instituições), para podermos avaliar em toda a sua amplitude e riqueza, e num contexto cultural e comunicacional adequado, os mais antigos documentos da história dos romances peninsulares medievais.

* * *

Apesar da enorme importância de que o estudo documentação notarial latino-portuguesa se reveste para o conhecimento de fases pretéritas da língua e da escrita portuguesas, tem sido pouca a investigação de carácter linguístico realizada em Portugal, dado o pouco interesse que tais textos têm despertado quer em romanistas quer em latinistas. Para ambos tipos de investigadores, partilhando da opinião generalizada entre historiadores, os documentos latino-

portugueses são produtos de uma latinidade corrupta e barbarizada: para os primeiros o único objecto de interesse são as formas romanceadas que os textos oferecem, as quais são tomadas isoladamente como atestações antigas dos Romances Hispânicos na Alta Idade Média; para os segundos, a latinidade notarial é um produto do isolamento e atraso cultural da Península Ibérica, caracteriza-se pela repetição de fórmulas mal aprendidas e mal apreendidas pelos notários, e documenta a incapacidade dos notários de se libertarem das interferências da língua vernácula nas suas tentativas de redigirem o pouco Latim que sabiam e que lhes tinha sido ensinado numa época de suposto déficit cultural.

São, por tal, escassíssimos os estudos linguísticos sobre a língua notarial latino-portuguesa: não existem trabalhos de conjunto equivalentes aos estudos de Ramón Menéndez Pidal, Augustus Campbell Jennings, Alfonso García Leal e Pilar Álvarez Maurín para a documentação ásture-leonesa, de Joan Bastardas Parera e Maurilio Pérez González para a documentação castelhana, ou de Amable Veiga Arias para a documentação galega (com a excepção do trabalhos isolados e datados de Norman P. Sacks (1941), e Leif Sletsjø (1959) baseados exclusivamente nas edições da colecção *Portugaliae Monumenta Historica* publicada em meados do século XIX), para não falar dos trabalhos sobre a diplomática merovíngia, carolíngia e italiana.

É também o desinteresse dos filólogos e linguistas portugueses que tem aparentemente justificado a falta de edições modernas e actualizadas da documentação, adequadas ao seu estudo linguístico e filológico nas diversas vertentes possíveis. A publicação da documentação tem sido da responsabilidade exclusiva de historiadores e diplomatas, com o óbice de que as edições de historiadores não são habitualmente adequadas a estudos de carácter scripto-linguístico, por assentarem em normas de transcrição muito interpretativas e intervencionistas.

Sejamos claros: os documentos latino-portugueses tiveram nos séculos XIX e XX quase exclusivamente o estatuto de fontes históricas, e muito raramente o de *fontes linguísticas*. Os poucos autores que os aproveitaram como fontes para a história da língua portuguesa fizeram-no de forma pouco consistente e de forma enviesada. E, no entanto, a documentação notarial latino-portuguesa constituiu, tanto quanto nos é dado ver pelos textos remanescentes, preservados em diplomas autógrafos e em cartulários, um verdadeiro “laboratório scripto-linguístico” onde se ensaiaram durante séculos as soluções que iriam desembocar no surgimento de uma *scripta* portuguesa no início do século XIII (como sucedeu aliás um pouco por toda a Península).

A língua notarial hispânica em geral, e a latino-portuguesa, em particular, documenta uma cadeia ininterrupta de romanceamento gráfico que vai desde os documentos mais antigos conhecidos até aos primeiros textos verdadeiramente românicos do início do século XIII. De facto, o surgimento de ortografias românicas autónomas e diferenciadas para as diversas línguas ibero-românicas medievais, numa época de mudanças culturais e políticas significativas em toda a Península, foi, sob o ponto de vista diacrónico e genético, o resultado de uma tendência antiga de mudança scripto-linguística que resultou na deslatinização e progressiva vulgarização da tradição escrita de base tardo-latina.

1. A LATINIDADE NOTARIAL HISPÂNICA ALTO-MEDIEVAL COMO UM REGISTO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO ESCRITA

A análise dos diplomas médio-latinos hispânicos alto-medievais deve obrigatoriamente ter em conta a relação que existia entre os vários tipos e modos de comunicação presentes na sociedade alto-medieval, nomeadamente a relação complexa entre a tradição escritural latina não reformada (herdada da Antiguidade tardia com mediação da latinidade visigótica) e as línguas românicas medievais.

Por outro lado, é fundamental integrar os documentos no contexto cultural e comunicacional da época, nomeadamente no quadro de expectativas e consensos que circunscreviam e regulavam (explícita e implicitamente) as práticas discursivas alto-medievais.

Ora, a validade de um texto, literário ou legal, depende de critérios locais de aceitabilidade vigentes na época e na comunidade em que o texto se inscreve. No caso concreto dos documentos notariais a aceitabilidade textual (1) pressupunha diacronicamente uma *tradição discursiva* que fundamentava e legitimava as práticas escritais contemporâneas, e (2) reflectia sincronicamente as expectativas da *comunidade textual* acerca dos actos de comunicação escrita quanto à forma ou modos de produção textual, e quanto a mecanismos e contextos de recepção. Assim sendo, um julgamento ou avaliação dos textos notariais latino-portugueses feito com base em critérios extemporâneos de correcção ou de textualidade é, no mínimo, desprovido de sentido.

Não obstante a sua aparência peculiar, marcada pelo polimorfismo gráfico e por desvios constantes às normas ortográficas e gramaticais da

latinidade polida dos gramáticos e da literatura antiga, os textos notariais anteriores ao século XIII devem ser considerados como actos de língua escrita válidos em si mesmos, e inscritos numa tradição discursiva que lhes atribuía validade funcional e legitimidade sincrónica. Constituem também actos discursivos adequados pragmática e estilisticamente às circunstâncias socio-culturais em que foram redigidos, e às necessidades e intenções comunicativas de quem os produziu ou mandou produzir.

De facto, o latim (chamemos-lhe assim por conveniência descritiva e terminológica) da documentação notarial e foral é manifestamente distinto do latim polido, descrito e prescrito pelos gramáticos, ortógrafos e puristas. Se é verdade que o número dos que sabiam ler e escrever diminuiu desde a Antiguidade até à Alta Idade Média, também é verdade que a gramática, as *litterae*, não cessaram nunca de ser estudadas. Se os modelos de correcção escrita pouco mudaram desde a época clássica, pode-se perguntar legitimamente por que escreviam os notários medievais (e por que os deixavam escrever) um latim tão “corrupto”. A resposta tradicional tem sido sempre no sentido de uma ignorância geral dos escrivães medievais com a consequente corrupção ou barbarização do latim. Esta perspectiva tradicional de uma latinidade barbarizada e decadente não consegue no entanto responder adequadamente às questões complexas que este tipo de textos levanta:

- a) como conseguiu a tradição notarial, deficiente e corrompida, manter-se através de tantos séculos apresentando sistematicamente os mesmos tipos de “erros” e “desvios”?
- b) porque não existiu nenhuma forma de censura scripto-linguística contra o “latim bárbaro” dos notários, sobretudo em actos muito formais celebrados com a presença de altos dignitários e personalidades, e sobretudo também quando o “latino-romance” dos documentos podia ser confrontado com os omnipresentes modelos de língua das Escrituras, da liturgia, dos sermões, da hagiografia, etc.?
- c) por que não são aleatórios (i.e por que são sistemáticos e sistémicos) os desvios dos escrivães em relação à norma ortográfica e gramatical latina?
- d) por que se integram os desvios scripto-gráficos dos escrivães em padrões bem definidos de variância, revelando princípios de escrita sistematicamente distintos dos das *litterae*?
- e) por que razão se encontram num mesmo texto ou num grupo de textos

do mesmo notário ou do mesmo *scriptorium* alternâncias entre formas latinas e formas romanceadas, e.g. alternância entre opacidade e transparência fonográfica, ou entre morfo-sintaxe latina e morfo-sintaxe românica?

As respostas a estas questões e a muitas outras que a latinidade notarial hispânica não-reformada suscita implicam olhar para os textos como um todo (e não como um conjunto de fórmulas mal compreendidas, ou proposições redigidas em mau latim, salpicadas de romanismos ou desvios gráficos), e olhar também para as práticas escritas como uma tradição scripto-linguística estável, transmitida e herdada durante séculos e através de inúmeras gerações de escrivães: sobretudo implica olhar para os textos como actos comunicativos e actos de língua, no sentido de se tentar apreendê-los e compreendê-los plenamente na sua dupla dimensão tradicional e funcional.

Olhar para os textos latino-portugueses como actos comunicativos e actos de língua válidos (em si mesmos e para os seus autores e usuários alto-medievais) é dar-lhes a dignidade de documentos linguísticos e tornar possível a sua análise num quadro linguístico, cultural e antropológico bem fundamentado e bem definido.

Não é possível no espaço de um artigo como este esboçar sequer uma resposta a algumas destas questões. Noutras ocasiões já tentei abordar algumas destas questões, propondo algumas interpretações e métodos de análise. Algumas destas questões não têm resposta neste momento, pelo facto de a documentação latino-portuguesa não estar ainda exaustivamente inventariada e estudada. São questões para o futuro, que nos interpelam no sentido de darmos continuidade a projectos bem estruturados e cientificamente bem fundamentados de edição e estudo do nosso património escrito.

No âmbito de todas as questões que a latinidade notarial não-reformada levanta destaca-se a questão fundamental da relação entre a escrituralidade notarial e a oralidade românica vernácula sobretudo no período anterior à Reforma Gregoriana. É esta a questão de fundo, a *quaestio magna* que se sobrepõe a todas as outras; uma vez que esta questão comece a ser adequadamente abordada e investigada muitas respostas a outras questões se sucederão em consequência. Diversos investigadores se têm debruçado já sobre esta questão, e mais abaixo faço referência a alguns trabalhos, que considero mais marcantes. Uma conclusão que se impõe desde já, e que María del Pilar Álvarez abordou e sintetizou admiravelmente no seu notável estudo sobre a diplomática ásture-leonesa (ÁLVAREZ MAURÍN 1994), é que a língua notarial constituía um *registro comunicativo específico*, com características específicas,

e com propósitos e fins comunicacionais específicos.

Uma vez que o âmbito de um artigo impõe naturalmente restrições de extensão e de profundidade no tratamento destas problemáticas, gostaria de destacar algumas questões, que se prendem especialmente com a utilização dos documentos latino-portugueses como *fontes para a história da língua e da escrita portuguesas*.

2. MODELOS REPRESENTACIONAIS VS. MODELOS REPRESENTACIONAIS NA ESCRITURALIDADE LATINO-NOTARIAL

Em primeiro lugar, a questão da disparidade entre os modelos de correcção herdados da Antiguidade e as práticas dos escribas notariais hispânicos até ao século XIII: essa disparidade, que é real, não pode em minha opinião levar a concluir pelo desconhecimento e não assimilação desses modelos.

Este tipo de disparidade entre modelos e práticas corresponde *grosso modo* à distinção que se faz em antropologia social entre *modelos representacionais* e *modelos operacionais* de uma cultura. Ou seja, aquilo que uma cultura diz ou pensa fazer e aquilo que faz na realidade podem ser objectivamente, ou do ponto de vista do observador externo, coisas distintas.

Aquilo que uma cultura diz ou pensa fazer deriva de um modelo representacional do seu mundo, algo que se pode mais ou menos articular, e que está enquadrado por uma determinada visão do passado. Ao contrário, aquilo que com efeito se faz baseia-se em modelos que guiam o comportamento em situações determinadas, mas tendem a fugir à consciência.

O facto de que as práticas escribais dos notários medievais se afastavam dos modelos de correcção que eram conhecidos e estudados, não deve causar surpresa, pois esses modelos de correcção inscreviam-se sincronicamente num nível representacional da sua cultura, tinham uma dimensão ideológica, enquanto a prática concreta derivava do nível operacional, o qual, dadas as *exigências de realismo comunicativo dos actos jurídicos*, não correspondia isomorficamente às normas herdadas.

A mudança para um latim mais correcto que Ramón Menéndez Pidal detectou em documentos da época subsequente à reforma cluniacense

(MENÉNDEZ PIDAL [1926] 1980^o: viij), e que se pode claramente assinalar nas diversas áreas ibero-românicas, constitui o início de uma mudança meta-linguística, uma alteração incipiente dos modelos operacionais, não tanto no sentido da “restauração da latinidade”, como pretendia o grande filólogo espanhol, mas no sentido de um isomorfismo maior entre modelos de correcção e práticas escritas, sobretudo na área da ortografia.

As diferenças entre a língua escrita antiga e as práticas contemporâneas simplesmente não eram percebidas, ou não eram consideradas como importantes (o que neste caso é o mesmo) ou notáveis (excepto possivelmente por um grupo restrito de puristas), porque havia uma continuidade conceptual implícita e operativa entre os modelos do passado e as práticas do presente.

As ortografias românicas emergentes na Península no século XIII pressupunham já um modelo diferente da relação entre oralidade e escrituralidade, uma nova consciência linguística e cultural: a distinção conceptual entre Latim e Romance foi num primeiro momento um contraste concepcional entre língua escrita e língua oral, e só depois uma ruptura entre dois sistemas linguísticos distintos e autónomos.

Assim, a ruptura entre Latim e Romance situou-se no nível representacional. Pelo contrário, os fenómenos antigos de vulgarização (*qua* aspectos de mudança interna da *scripta*) — nos quais se devem incluir as formas romanceadas das Glosas Riojanas — ocorriam no nível operacional. Não podem por isso constituir exemplos de uma distinção conceptual antiga entre Latim e Romance no período anterior à Reforma Gregoriana.

3. POLIMORFISMO GRAFÉMICO DA LATINIDADE NOTARIAL NÃO-REFORMADA

Em segundo lugar, a questão do polimorfismo grafémico.

O desenvolvimento multi-secular da língua notarial fez-se a partir de uma relação dialógica entre *tradicionalidade* e *exigências comunicativas* (cf. SABATINI 1978 e EMILIANO 1995), que não pressupõe nem revela, em minha opinião, uma ruptura conceptual entre Latim e Romance antes de meados do século XII. O exame e a análise dos textos revelam que as formas e estruturas próprias da língua notarial se integram perfeitamente no quadro de *monolingüismo complexo* proposto e convincentemente defendido por Roger Wright (1993b).

No entanto, a romanicidade dos documentos notariais não pode ser dissociada da sua latinidade, pois a *consciência do vulgar* (expressão anacrônica para a época) só tinha expressão possível, até ao surgimento das ortografias românicas, num contexto escritural de base latina: ou seja, a língua notarial latino-portuguesa, tradicional e impropriamente designada por “latim bárbaro” por filólogos e historiadores, constituía até aos séculos XII-XIII o único meio (por um lado disponível, por outro lado adequado) de comunicação contemporânea escrita entre falantes do Português Antigo.

Se as grafias inovadoras dos documentos alatinados indicam uma pressão no sentido de uma maior consciência do vulgar, o contexto latino em que ocorriam mostra claramente que essa consciência não era ainda consciência da romanidade, tal como se instaurou no século XII, gráfica, linguística e conceptualmente oposta à latinidade. As formas e grafias latinas e romanceadas dos documentos notariais anteriores ao século XIII alternam numa situação cristalizada de polimorfismo grafémico, baseada na tradição da latinidade visigótica, como argumentou Lindley Cintra (1978: 464, *q.v. infra*).

A coexistência de latinidade e romanicidade no mesmo texto, ou num grupo de textos, i.e., a existência de formas e padrões gráficos tradicionais ao lado de formas e padrões desviantes e inovadores, deve ser enquadrada numa *perspectiva variacionista* sobre a escrituralidade latino-portuguesa: não só o fenómeno de variação deve ser considerado como inerente ao uso da própria escrita, como as variantes devem ser consideradas como realização de variáveis scripto-linguísticas que constituíam parte integrante da competência escrital de notários e copistas, que utilizavam como língua funcional o Português Antigo.

A variância ao nível gráfico não pode à partida ser tomada como índice ou reflexo de variação linguística sincrónica ao nível dos registos coloquiais da língua. A variação scripto-gráfica não reflectia necessariamente a variação sincrónica da língua funcional do escriba: não há uma correlação necessária entre os dois tipos de variação, que são regidos por princípios diferentes, visto que a escrita e a fala são meios autónomos, substantivamente diferentes de realização de um sistema linguístico.

A correcta aferição do tipo e estrutura representacional de escrita patente nos documentos em latim notarial não-reformado, e também do significado e natureza do seu polimorfismo grafémico é absolutamente fundamental quando se trata de utilizar estes documentos como fontes para a história da língua portuguesa.

Se as grafias dos documentos forem genericamente interpretadas como grafo-fonemicamente transparentes (semelhantes a transcrições a fonéticas) e forem descontextualizadas da tradição escritural em que se inscreviam pode surgir toda a série de equívocos relativamente à datação de fenómenos fonéticos da história da língua portuguesa.

Dou três exemplos paradigmáticos da má utilização dos documentos médio-latinos para documentar a queda de consoantes intervocálicas em português:

1. «No curso do século X, o *n* intervocálico nasalizou a vogal precedente e caiu. A ressonância nasal da vogal persistiu e se estendeu à vogal seguinte.»
(WILLIAMS [1939] 1975: 81)
2. «A queda do - *d* - intervocálico que, como vimos se tornara fricativo, patenteia-se em documentos latino-bárbaros de por volta do ano 950 (século X); o - *l* - intervocálico, que se velarizara, perdeu-se também nos fins do século X, enquanto só pouco mais tarde, talvez pelos fins do século XI, se perdeu o - *n* - intervocálico.»
(NETO 1957: 345)
3. «*B) Queda de -l- intervocálico.* — Este fenómeno, provável resultado de uma pronúncia velar do *l* intervocálico, ia ter consequências importantes. Ocorreu possivelmente em fins do século X, pois num documento em latim bárbaro de 995 lê-se *Fiiz* (<Felice) e *Fafia* (<Fáfila). [...]»

C) Queda de -n- intervocálico. — Este último fenómeno produziu-se depois do precedente, no século XI, e provavelmente ainda estava em curso no século XII, nas vésperas do aparecimento dos primeiros textos escritos.»
(TEYSSIER [1980] 1982: 15)

Estas datações absurdas, absolutamente infundadas, propostas no entanto por muito respeitáveis historiadores da língua portuguesa, só foram possíveis por uma incorrecta interpretação dos dados scripto-linguísticos oferecidos pela documentação latino-portuguesa.

O documento latino-português autógrafo mais antigo conhecido (a carta de fundação da Igreja de S. Miguel de Lardosa de a.D. 882) documenta directamente a queda de *N* intervocálico e a existência de vocalismo nasal, e

indirectamente a queda de L e D intervocálicos, como tive ocasião de discutir noutro lugar (cf. EMILIANO 2000).

As formas romanceadas dos documentos, apesar de grafo-fonemicamente mais transparentes que as formas alatinadas correspondentes não são transcrições fonéticas, inscreviam-se numa tradição de escrita antiga, e, sobretudo, conviviam em variação gráfica com outras formas grafemicamente mais opacas. Antes que as formas romanceadas possam ser usadas como atestações escritas do Romance é necessário estabelecer (1) o seu estatuto representacional sincrónico (2) a sua relação filogenética com a tradição latina, manifesta noutras formas mais alatinadas, e (3) apreender e descrever os padrões de variância grafémica que os textos documentam.

Compreender que variação scripto-gráfica e variação fonológica sincrónica são coisas distintas e que a primeira pode não decorrer necessariamente da segunda, e que o polimorfismo era uma característica inerente à natureza e contexto da escrita latino-notarial, é absolutamente fundamental para uma correcta interpretação dos textos, e para não se criarem ficções linguísticas como o “latim vulgar leonês” de Menéndez Pidal ou como a diglossia Latim/Romance em que alguns autores ainda parecem crer.

Há aspectos de variação scripto-gráfica, ou seja polimorfismo grafémico, que resulta simplesmente da história do sistema de escrita ao longo de séculos de uso numa comunidade linguística sujeita a mudança linguística permanente e contínua, e sem uma forte tradição de codificação scripto-linguística.

O facto de no testamento em português do Rei D. Afonso II de Portugal, de 1214, ocorrerem formas com N intervocálico, como *sano*, *manus*, *comemorazones*, não permite que se tirem quaisquer conclusões sobre a presença no início do século XIII de /n/ intervocálico. É necessário entender que as primeiras gerações de escrivães a escrever em português tinham sido treinados na tradição latino-notarial, e que os primeiros textos em português documentam uma estreita relação da primitiva escrita portuguesa com a tradição latina. Na época de redacção do testamento régio de 1214 simplesmente não havia sido criada uma convenção grafémica para a representação de hiatos nasais criados pela queda de N intervocálico: usou-se então a solução gráfica tradicional, ou seja, grafou-se N para representar a nasalidade da vogal precedente, como se fazia no contexto da tradição latina desde os mais antigos testemunhos. Escrevia-se *sano*, *manus* (plural) e *comemorazones* no século XIII e pronunciava-se /'são/, /'mãos/ e /komemora'tsões/, como em 882 se escrevia *kaualuno* (hidrónimo, hoje o Rio

Cavalum [kəvə'lũ]) e se pronunciava /kaβalũ/, e se escrevia *monagus* (plural) e se pronunciava /mõ'agos/ ou /mõ'ɔgos/, ao lado de *moastica* pronunciado /mõ'astega/.

4. LOGOGRAFIA VS. FONOGRAFIA NA LÍNGUA NOTARIAL

Em terceiro lugar, a questão da aparente coexistência de Latim e Romance nos textos, como reflexo da coexistência e manifestação de princípios de escrita distintos no âmbito de um sistema de escrita com baixo grau de codificação (por oposição à ortografia latina clássica com alto grau de codificação).

De facto, um dos aspectos mais salientes dos textos latino-notariais é a aparente falta de uniformidade ortográfica e ortolinguística, o seu polimorfismo. Esta falta de uniformidade, que se reflecte no fenómeno da variação gráfica, tem sido frequentemente atribuída a ignorância ou insegurança lecto-escritural dos escribas. Os casos de variação são referidos comumente pelos filólogos tradicionais (latinistas e romanistas) como oscilações, hesitações, vulgarismos, erros: ou seja, acidentes no processo de escrita, causados pela suposta inépcia dos escribas, que os teria impedido de escrever “bom latim” com correcção e polimento, apesar de todos os esforços nesse sentido.

Este tipo de variação pode definir-se como a co-existência, no mesmo texto ou enunciado (ou em textos pertencentes a um mesmo núcleo ou a uma mesma tradição de produção textual) de elementos grafémicos formalmente distintos que possuem o mesmo conteúdo representacional (fonémico, morfémico, lexémico ou semântico).

A variação explica-se, internamente, pela existência sincrónica de princípios scripto-gráficos em competição, e, externamente, pelas características culturais e linguísticas da época na qual os textos foram produzidos. O polimorfismo das práticas notariais em vez de ser considerado como o resultado de factores estranhos à escrita (como ignorância e inépcia dos escribas, ou baixo nível cultural da época) deve examinar-se à luz da estrutura e história da própria escrita, e à luz do quadro de expectativas da comunidade que condicionava não apenas as condições de produção textual mas igualmente as condições e modos de recepção vigentes.

De facto, a variação manifesta-se através de padrões reconhecíveis e

detectáveis, e portanto analisáveis e quantificáveis, e não aleatórios, como a análise cuidada de *corpora* de dados textuais suficientemente grandes, e adequadamente formatados pode mostrar.²

Os actos notariais, consignando na maior parte dos casos transferências de bens (por compra e venda, doação, testamento ou permuta) tinham um impacto imediato ou quotidiano na vida comunitária: a fixação por escrito da intenção do autor do acto em termos claros, explícitos e não ambíguos era fundamental para que o texto notarial cumprisse a sua função comunicativa específica perante as partes envolvidas no acto. Assim, o que estava em jogo nos processos de *ler um texto e escrever um texto* era a mediação de uma mensagem, de uma intencionalidade comunicativa que devia ser crucialmente transmitida e recebida: neste sentido a leitura (tendo de qualquer forma em atenção que o conceito de leitura pode implicar processos e actividades distintas em culturas e épocas distintas) ultrapassava o simples processamento oral de símbolos gráficos pelo *lector*, ou seja, o simples reconhecimento das correspondências entre grafemas e unidades fónicas no contexto de uma escrita de base alfabética.

A oralização dos textos a partir de simples regras de conversão grafo-fonémica, aquilo a que chamo as “correspondências fonéticas de Wright” (implicitamente propostas nas várias transcrições fonéticas de textos latinos ou alatinados de WRIGHT 1982) podia levar, como já Walsh (1991) e eu tivemos ocasião de fazer notar (EMILIANO 1993 e 1994), à produção de sequências sem significado contemporâneo, virtualmente incompreensíveis para os ouvintes romanófonos iletrados.

A investigação experimental no processamento da ortografia parece indicar que as correspondências grafo-fonémicas pertencem à estrutura interna do sistema ortográfico e não necessariamente aos processos mentais envolvidos na leitura de palavras ou de um texto por indivíduos fluentes: ou seja, as correspondências grafo-fonémicas não parecem ter necessariamente realidade psicológica no acesso lexical, que é normalmente feito sem recurso a um interface grafo-fonémico. Regras de correspondência grafo-fonémica podem ser utilizadas como estratégias subsidiárias pelo aprendente da escrita, ou por um leitor/escrevente pouco fluente ou deficiente; mas o leitor fluente ignora-as no acesso lexical, reconhecendo holisticamente as palavras, ou mesmo sequências inteiras de palavras.

² Para duas tentativas concretas de detecção de padrões de variância no âmbito do estudo do impacto scripto-linguístico da Reforma Gregoriana em Portugal podem-se consultar CARDOSO 2002 e EMILIANO 2002b.

O abandono da transcodificação grafo-fonémica (enquanto processo de descodificação de um texto), substituída por uma *captação global* da palavra no texto, dá-se nas fases avançadas de aprendizagem da lecto-escrita, como nos mostra muita investigação recente sobre literacia e processamento neurológico da linguagem escrita.

No estudo do latim notarial não reformado estes factos — i.e., automatização da transcodificação grafo-fonémica (e fonémico-grafémica) como condição necessária para a aquisição de uma competência lecto-escritural adulta ou plena, subsidiariedade da conversão grafo-fonémica em relação à transcodificação grafo-semântica, e leitura como processo de captação ideográfica das formas gráficas no contexto de uma proposição textual — assumem particular importância; de facto, para além das formas cuja transcodificação grafo-fonémica e grafo-morfémica não levantaria problemas de maior, existem padrões consistentes de variação envolvendo palavras obsoletas, i.e. palavras latinas *sem* correspondência directa em Romance, que alternam com formas latinas equivalentes mas *com* correspondência directa em Romance, ou com formas “desviantes” claramente romanceadas.

O problema da conversão e oralização de formas obsoletas que ocorriam em textos que se destinavam a ser lidos em voz alta, para um público maioritariamente iletrado, é um problema fundamental na análise do latim notarial, que necessita de estudos aturados do léxico dos textos, sobretudo das tendências de mudança apresentadas pelos textos, e dos padrões de paráfrase e para-sinonímia presentes na tradição.

Uma explicação possível em termos da competência passiva ou receptiva dos falantes românicos, admitindo a manutenção de muitas palavras obsoletas durante séculos numa espécie de “estado crepuscular de existência” não resolve todos os problemas. Há vocábulos nos textos notariais (já para não falar doutro tipo de textos de leitura pública corrente, como a liturgia, os sermões e as Escrituras Sagradas) que no século XI não faziam já certamente parte da competência activa ou passiva dos falantes iletrados, e teriam eventualmente de ser mediados por *lectores* com formação escolar própria para esse tipo de actividade de conversão lexical.

Penso que é nesse sentido que os textos notariais apontam, e de uma forma clara: se as formas latinas obsoletas eram inteiramente compreensíveis para a maioria dos falantes romanófonos, por fazerem parte da competência passiva tanto de letrados como de iletrados, então para quê criar grafias vulgarizantes, para quê utilizar formas latinas equivalentes mas com significado românico, para quê redigir glosas como as de Silos ou de S. Millán, para quê

enfim vernacularizar extensivamente a tradição latina herdada?

Noutros lugares já tive ocasião de argumentar sobre estes factos. Limito-me a apresentar aqui um exemplo concreto que considero elucidativo. As Glosas Silenses apresentam a seguinte equivalência:

texto: Si qui libet cleruſ [...] ſecum retinere **uoluerit** [...]

glosa: conſico **kiſieret** tenere.

(Glosas Silenses, n.º 287, fol. 321r, *apud* MENÉNDEZ PIDAL [1926] 1980⁹: 21)

Em meu entender a forma *kisieret* representa de forma transparente a oralização de *uoluerit* como /ki'z̥iɛr/. Note-se que o Latim (notarial e não só) era oralizado com fonética românica (o que é hoje um facto pacífico entre os estudiosos): assim, a oralização de *uoluerit* por falantes de Castelhana Antigo, seria qualquer coisa como /bo'l̥iɛr/. Esta pronunção poderia levantar problemas de compreensão na leitura do texto em voz alta perante falantes monolíngues iletrados, uma vez que o verbo UELLE não tinha sobrevivido em Castelhana. Perante falantes letrados, a situação seria distinta, e a oralização mais alatinada seria, por isso, preferível à oralização mais romanceada.

Não é por acaso que nos diplomas e nos foros hispânicos (de todas as regiões) se encontra um padrão de variação consistente entre UOLUERIT e QUESIERIT/QUISIERIT. Em minha opinião a substituição da primeira forma (lexicalmente obsoleta, e grafo-fonemicamente opaca) pela segunda, sobretudo nas fórmulas cominatórias ou *sanctiones* dos documentos, tem o mesmo valor que a glosa silense N.º 287. Estes factos grafémicos complexos só se tornaram possíveis pela ocorrência de mudanças linguísticas no Latim peninsular, como a não sobrevivência de UELLE, e sua substituição por QUAERERE. Assim sendo, uma forma opaca como UOLUERIT poderia ser oralizada tanto como /βo'l̥iɛr/ ou como /ki'z̥iɛr/ por falantes de Português Antigo, de acordo com o contexto comunicacional, com o tipo de texto, com o registo de língua, com a secção do documento notarial lido em voz alta, e até com a formação linguística do *lector*.

Por outro lado, é fundamental considerar que a oralização do Latim se fazia de acordo com os padrões fonético-fonológicos das línguas vernáculas (ou seja, aquilo que hoje consideramos e aceitamos como a “pronúncia restaurada” do Latim seria algo de completamente alienígena para as comunidades de falantes romanófonos). Este aspecto explica alguns fenómenos frequentes de vernacularização das grafias latinas. Um excelente exemplo é a forma *nodeximus* que ocorre na *notificatio* de um documento latino-português muito romanceado de 915 (que dou em anexo). Dizer que se trata de um erro escribal

não explica nada, antes levanta alguns problemas, porque na mesma fórmula do documento ocorrem formas latinas “correctas”. A forma em questão é um bom exemplo da criatividade grafémica dos escrivães notariais e obedece a padrões regulares de vernacularização da tradição latina. O escriba escreveu *nodeximus* em vez de *notissimus*, o que atesta (1) a pronúncia vozeada normal de τ em posição inter-vocálica, (2) a pronúncia normal de x como uma fricativa áptico-alveolar surda simples ($/\xi/$) – confirmada aliás pela forma *testum* por *textum* no mesmo texto, e (3) as mudanças que afectaram o vocalismo latino nos romances peninsulares, mudanças que permitiram uma série de alternâncias entre letras vocálicas na língua escrita; *nodeximus* e *notissimus* seriam assim pronunciados como $/no'de\xiemo/$ ou $/no'di\xiemo/$ em Português Alto-Medieval.

Perante formas como estas, a questão de se determinar o grau de correcção ortográfica dos documentos hispânicos alto-medievais torna-se absolutamente irrelevante, devendo antes ser substituída pela questão de averiguar como era utilizada (com modificações e adaptações) a tradição latina para representar um registo formal escrito da língua vernácula. O que estava de facto em causa não era escrever Latim mas sim escrever Português Antigo com um sistema de escrita muito arcaico.

Vê-se assim que na produção dos textos (codificação semântico-gráfica) o problema do léxico obsoleto se resolvia em certos casos com o recurso a formas gráficas inovadoras, fonograficamente mais transparentes, que podiam substituir ou co-existir com as formas tradicionais. Na oralização dos textos (descodificação gráfico-semântica), o léxico obsoleto podia ser convertido oralmente pelo *lector*, em léxico românico, num processo complexo de conversão grafo-lexémica, semelhante a uma tradução, mas executada num quadro comunicativo monolíngue e mono-escritural. Mesmo a sintaxe podia ser alterada na leitura em voz alta, sem que houvesse a noção de tradução de uma língua para outra, mas sim de transposição de um registo para outro registo mais coloquial, conceptualmente mais próximo da oralidade, como o importante estudo de Birte Stengaard sobre as Glosas Emilianenses veio decisivamente mostrar (cf. STENGAARD 1991).

Mas talvez mais importante que os aspectos representacionais (estruturais) da escrita, é o facto, referido acima, de o processamento lexical da língua escrita se fazer de forma holística, de os leitores fluentes de uma ortografia reconhecerem a forma global da palavra sem necessidade de análise interna, independentemente do tipo de ortografia. Soletrar, ou seja, analisar internamente as formas gráficas, é característico de quem não domina fluentemente a escrita. Soletrar não é ler (se se admite uma definição genérica

de leitura como descodificação de um conteúdo semântico). Estes factos devem ser aplicados ao exame dos textos notariais, e dos padrões ortográficos complexos que aí estão documentados.

5. FUNCIONALIDADE CONTEMPORÂNEA DOS TEXTOS NOTARIAIS: ACEITABILIDADE E INTERPRETABILIDADE

Em terceiro lugar, a questão da funcionalidade e validade contemporâneas dos textos notariais.

A validação dos textos notariais como actos jurídicos só se efectuava com a sua leitura em voz alta no contexto de uma determinada configuração, isto é, com a presença de testemunhas e confirmantes, para além do autor moral do acto e do *lector* que efectuava a leitura pública do texto. Quer isto dizer que a simples redacção dos textos não lhes dava validade jurídica; numa fase posterior serviriam de registo da transmissão de um determinado bem, e por isso eram cuidadosamente guardados e conservados através de gerações, quer nos originais quer em cópias, mas do ponto de vista da sua funcionalidade mais imediata, ou pelo menos inicial, os textos notariais eram escritos para transmitirem um determinado conteúdo comunicativo inscrito num determinado contexto comunicacional.

Este aspecto é fulcral para se entenderem correctamente tanto os modos específicos de produção textual subjacentes à redacção dum texto médio-latino, como os modos de recepção (situação talvez mais decisiva na manutenção e preservação da tradição discursiva, pelo simples — mas não único — facto de afectar um número maior de indivíduos).

A aceitabilidade contemporânea de um texto depende da conjugação de factores intra-textuais, inter-textuais e extra-textuais, e a interpretabilidade do texto deve-se procurar nos juízos e expectativas de que um receptor concreto depende para atribuir sentido ao texto. Ou seja, a interpretabilidade de um texto depende, não tanto de estruturas linguísticas ou textuais específicas presentes num texto, como da perspectiva que uma comunidade textual tem de si e dos textos que circulam no seu seio (o que nos leva de novo à questão da oposição entre modelos e práticas).

A abordagem dos textos notariais a partir de uma perspectiva comunicativa parece-me fundamental e, sobretudo urgente, para afastar de vez os juízos anacrónicos de correcção e validade textual que frequentemente

filólogos (romanistas e latinistas) e historiadores emitem. É necessário afastar da discussão qualquer perspectiva — linguística, estilística ou cultural — de tipo disfuncional ou deficitário sobre a textualidade notarial médio-latina.

Quer isto dizer que a simples descrição de aspectos ou características linguísticas — “normais” ou “desviantes” — não é suficiente para compreender a funcionalidade dos textos medievais no seio das comunidades concretas em que e para as quais foram produzidos.

Os textos notariais inseriam-se não apenas numa determinada tradição discursiva de contornos bem definidos, mas constituíam um *tipo de texto* reconhecido e recebido sincronicamente pela comunidade dos seus utilizadores (activos e passivos): ora, a estrutura e tipologia dos modos ortográficos e linguísticos empregues na redacção desses textos estava estreitamente relacionada com as intenções comunicativas específicas e funcionalidade própria dos textos.

O tipo de texto, na medida em que fornece um contexto inter-textual no seio do qual um texto concreto é localizado e reconhecido, é um factor importante de interpretabilidade e aceitabilidade contemporâneas dos textos pelos utentes: o sentido textual e a interpretabilidade podem depender da forma como o texto preenche os parâmetros pertinentes para ser representativo (aos olhos do receptor) de um determinado tipo ou modelo de texto.

Este tipo de discussão obriga de facto a um olhar antropológico, na medida em que exige a indagação das condições, modos, circunstâncias e práticas em que se inscreve o processo interpretativo nas várias culturas e nas várias épocas. Infelizmente, os textos medievais, nomeadamente os textos latino-notariais, não têm sido objecto (sobretudo em Portugal) de estudos oriundos da Linguística do Texto. E no entanto só uma *teoria do texto medieval* poderá ambicionar a um carácter explicativo dos modos linguísticos associados à textualidade medieval.

O estudo dos textos notariais não pode ser feito à margem do conhecimento dos factores extra-textuais, i.e., das instituições, e sobretudo das convenções textuais e escriturais da época, e o seu exame não se pode limitar portanto à simples descrição de formas e grafias: o estudo global da língua notarial deve enquadrar-se no estudo da textualidade medieval.

O valor e legitimidade escritural dos textos notariais deve procurar-se no quadro das expectativas sobre escrituralidade e oralidade (e suas relações mútuas) vigentes na comunidade onde os textos foram escritos, e não em

modelos e juízos culturais posteriores e “cronocêntricos”: quero com isto afirmar claramente que os modelos de latinidade descritos hoje como língua latina, seja a latinidade da Antiguidade clássica ou tardia, seja a latinidade renascentista, ou mesmo a latinidade escolástica medieval, não podem ser super-impostos à realidade específica da latinidade medieval não reformada, sob pena de total distorção da funcionalidade contemporânea dessa latinidade, bem como dos princípios em que assentava e a partir dos quais os textos notariais eram produzidos e recebidos.

Por outro lado, é fundamental integrar nos estudos filológicos e linguísticos medievalistas, algo que é hoje um dado adquirido em antropologia e nos estudos sobre literacia em geral, que é não haver um conceito de literacia único, e não haver também um conceito de literacia autónomo: a leitura, e naturalmente também a escrita, não existe isoladamente das estruturas sociais, culturais e ideológicas da comunidade. A lecto-escrita, deve ser integrada num conjunto de saberes e práticas, e de comportamentos sociais, cuja legitimidade advém do reconhecimento comunitário através dos padrões vigentes em cada momento —tácita ou manifestamente — da história da comunidade.

De facto, tanto o filólogo medievalista como o linguista medievalista devem em primeiro lugar tentar capturar e entender as *convenções discursivas* em vigor na sociedade medieval, que dependiam das crenças, valores e expectativas dos membros das comunidades: só depois poderão interrogar e interpretar convenientemente os textos produzidos em determinado contexto cultural e histórico, e daí extrair dados e conclusões sobre a funcionalidade contemporânea dos textos, e sobre a língua escrita que neles se manifesta.

* * *

Estas são algumas das questões cuja correcta abordagem permite apreender os textos notariais sem os desvalorizar, descontextualizar ou distorcer. É necessário agora averiguar que quadros conceptuais existem já que permitam enquadrar os documentos notariais latino-portugueses como fontes para a história da língua portuguesa, uma vez que a tradição latino-notarial precedeu directamente a emergência das *scriptae* românicas.

6. QUADROS CONCEPTUAIS PARA COMPREENDER A EMERGÊNCIA GERAL DA ESCRITA ROMÂNICA

Nesta secção refiro-me a trabalhos que são, em minha opinião, de

importância decisiva para se compreender como a tradição latina foi gradualmente modificada por dentro, à medida que o fosso entre língua escrita e língua falada aumentava em resultado de mudanças linguísticas nas comunidades romanófonas. Não é possível compreender o desenvolvimento da escrita em português sem olhar para as forças que estavam por detrás das origens da escrita românica na Alta Idade Média.

A contribuição de Francesco Sabatini é, em meu entender, fundamental para o correcto entendimento das origens antigas da escrita românica como resultado de mudanças internas da tradição latina: a sua ênfase no *aspetto filogenetico*³ da génese e desenvolvimento da escrita românica (note-se que considero para todos os efeitos o latim notarial ibero-românico não reformado como “escrita ibero-românica” antiga) e nas *esigenze reali di comunicazione*⁴ (como uma motivação poderosa para se mudar o sistema latino de escrita) fornece uma perspectiva importante daquilo que poderá ter acontecido na Hispânia alto-medieval sob domínio cristão.

Michel Banniard, no seu monumental *Viva Voce* (i.e. BANNIARD 1992), cujas teses têm muitos pontos de contacto (mais do que o Autor estava preparado para admitir na altura) com o livro controverso de Roger Wright (WRIGHT 1982), examinou o processo de *rupture de la communication verticale* no mundo latinófono da Antiguidade Tardia à Alta Idade Média: em seu entender a quebra na comunicação entre a tradição escrita latina e os vernáculos românicos terá ocorrido muito mais tarde do que se supunha. Uma das suas contribuições mais importantes para a área da Linguística Românica é a sua expressão da necessidade imperiosa do estabelecimento de uma *typologie contrastive latin/roman*: uma tal tipologia (que deve, em realidade, ser considerada como um conjunto de tipologias para as diversas comunidades romano-falantes) é no entender de Banniard o alicerce para qualquer programa de investigação sobre o desenvolvimento da escrita românica e das mudanças linguísticas o impulsionaram:

³ «l'origine della tradizione scritta dei nostri volgari non possa ridursi a un evento puntuale e ontogenetico. L'aspetto filogenetico (si vogliamo conservare la metafora) si ripropone continuamente.» (SABATINI 1968: 350)

⁴ «Il testo volgare scritto viene sopravvalutato quando si vuol fondare esclusivamente su di esso la storia linguistica di un periodo storico; viene non meno dannosamente sottovalutato quando viene isolato dall'intera massa di produzione scritta circolante nella società del tempo. [...] il testo scritto viene non compreso nella sua reale portata se non viene visto nella sua specifica posizione e funzione nel quadro generale del sistema di comunicazioni vigente in quella società e nel quadro delle esigenze reali di comunicazione (giuridica o religiosa o letteraria) che quella società manifestava.» (SABATINI 1978: 449)

Toute analyse des vitesses de transformation linguistique repose d'abord sur l'établissement d'une typologie contrastive latin/roman, au niveau essentiel de la morphologie et de la syntaxe. L'absence d'une telle typologie est regrettable, car toutes les études de linguistique diachronique devraient partir d'une telle description fondamentale. [...] C'est d'une typologie de ce genre que devrait partir toute étude de linguistique diachronique. Elle conduirait à une archéologie du changement d'autant mieux fondée que nous avons la chance de disposer d'une documentation abondante qui conduit le chercheur des origines de la latinité à la naissance des langues romanes.

(BANNIARD 1992: 520-2)

Não é de mais frisar o impacto do trabalho do hispanista britânico Roger Wright na renovação da Linguística Românica nas últimas décadas do século XX, mesmo se para alguns romanistas e médio-latinistas mais tradicionais as suas teses são algo forçadas. Gostaria de destacar quatro contribuições fundamentais na sua extensa produção:

1. a invenção do Latim Medieval foi uma consequência da Reforma Carolíngia, a qual precipitou a emergência de um novo tipo de escrita na França carolíngia (cf. WRIGHT 1982);
2. a situação socio-scripto-linguística (expressão minha) estável das comunidades romanófonas hispânicas até ao século XII pode ser mais adequadamente caracterizada como de “monolinguismo complexo”, em vez de bilinguismo ou diglossia (cf. WRIGHT 1993b);
3. o principal efeito linguístico da Reforma Gregoriana na Península em finais do século XI foi a introdução do Latim Medieval Reformado (cf. WRIGHT 1982);
4. o Latino-Romance (considerado por filólogos tradicionais e historiadores como uma forma abastardada de Latim) funcionava como um tipo especial de comunicação escrita, uma verdadeira *lingua scritta viva* como escreveu Sabatini (SABATINI 1965: 997), a qual era claramente distinta da tradição latina (tanto clássica como reformada) e apresentava uma relação estreita com as línguas vernáculas (cf. WRIGHT 1992: 883).

Por razões de espaço menciono apenas estes três autores, cujos contributos me parecem da maior importância, embora seja claramente injusto não referir as contribuições para este complexo dossier de estudiosos como H.

F. Muller, P. Taylor, L. F. Sas, R. L. Politzer, M. A. Pei, A. Uddholm, P. Zumthor, E. Löfstedt, E. Pulgram, R. A. Hall Jr, H. Lüdtke, G. Ineichen, M. Selig, M. van Uytfanghe, e, muito especialmente, József Herman.

7. QUADROS CONCEPTUAIS PARA COMPREENDER A EMERGÊNCIA DA ESCRITA ROMÂNICA NA PENÍNSULA IBÉRICA

A emergência da escrita românica na Península Ibérica foi objecto da primeira tentativa de interpretação global por parte de Ramón Menéndez Pidal na sua obra monumental *Orígenes del Español* (i.e. MENÉNDEZ PIDAL 1926). Esta grande obra tem diversas implicações para o estudo de uma fase antiga da história das línguas ibero-românicas, mas neste contexto pretendo apenas sublinhar a teoria pidaliana das *dos corrientes de vulgarid en la lengua notarial*, que é de grande importância para a compreensão do desenvolvimento do latim notarial hispânico:

Descubría así dos encontradas corrientes de vulgaridad en la lengua notarial: una que venía de los siglos antiguos y se extinguía en el curso de los dos primeros tercios del XI; otra que empezaba en el último tercio del XII y triunfaba con la adopción del lenguaje vulgar en el XIII. ¿Qué había ocurrido a fines del XI para detener la primera de estas dos corrientes? Pues la reforma cluniacense que restauró la latinidad y se alzó como barrera aisladora entre las dos direcciones reseñadas. Y ¿qué ocurrió a fines del siglo XII para iniciar la segunda corriente? Pues un movimiento general a toda la Romania que llevaba a secularizar la cultura, y por tanto a entronizar el romance como lengua oficial ordinaria, dejando el latín solamente como supletorio para los actos más solemnes.

(MENÉNDEZ PIDAL [1926] 1980⁹: viij)

1080 foi a data do Concílio de Burgos, um concílio provincial patrocinado pelo Rei Afonso VI de Leão e Castela: aí se determinou a adopção oficial da Reforma Gregoriana na Península Ibérica; com a Reforma veio a liturgia galo-romana, a letra carolina, o Latim Medieval (o qual seria virtualmente ininteligível para falantes monolíngues de Romance), e iniciou-se um período de influência francesa na cultura hispânica (cf. WRIGHT 1982, ch.5 “Latin and Romance in Spain, 1050/1250”, MATTOSO 1968, and BISHKO 1968-69).

Embora a produção documental posterior a 1080 possa ser, por conveniência descritiva, separada da fase anterior que remonta aos séculos VIII e IX (porque há um aumento aparente no grau de correcção do latim notarial de inícios do século XII), isto não significa que se deva aceitar à letra a teoria de Pidal das duas tendências de vulgarização. As duas tendências que Menéndez Pidal indentificou na língua notarial parecem de facto ser apenas duas fases de um mesma tendência: esta tendência única de vulgarização estava já presente nos testemunhos mais antigos (tanto quanto nos é dado conhecer pela documentação remanescente); é uma tendência única que se desenvolveu num tempo longo e foi pontuada por certos aspectos da história das comunidades romanófonas hispânicas, como a implementação da Reforma Gregoriana, o crescente nacionalismo e expansionismo dos reinos cristãos, a autonomização e independência de Portugal, a Reconquista, etc. As virtudes do modelo de Menéndez Pidal devem ser procuradas, não tanto na sua formulação literal, mas antes no seu conteúdo conceptual: é importante reter a noção de que certos aspectos extra-linguísticos afectaram a tradição notarial, e contribuíram decisivamente para acelerar o processo de vernacularização que desembocou na criação das ortografias românicas da Península.

O filólogo português Luís Filipe Lindley Cintra (discípulo de Menéndez Pidal) discordava de Pidal acerca da natureza e origem do latim notarial hispânico; numa das suas raras menções ao latim notarial, sobre cuja evolução em Portugal não se debruçou de facto nos seus escritos, refere-se-lhe avisadamente como uma *tradition graphique consolidée*, embora a sua perspectiva de que o latim notarial não era mais do que uma língua escrita e artificial seja, em minha opinião, forçada:

Le cas de la Péninsule Ibérique me paraît assez différent [de la France du Nord]. Les études faites jusqu'à présent semblent indiquer que ce n'est que dans le royaume de Léon, et plutôt dans les chartes latines que dans les chartes en langue romane, que l'on décèle l'existence d'une tradition graphique consolidée, sûrement très ancienne (elle doit, pour ses traits fondamentaux, remonter à l'époque wisigothique), à l'intérieur de laquelle se mêlent des formes latines classiques, ou propres au latin tardif, des formes que l'on peut supposer romanes, mais d'une époque très antérieure à celle des chartes [...].

Il me semble très improbable que ce langage soit autre chose qu'un langage écrit, artificiel. À mon avis, cette *scripta* ne fait que refléter et au dedans de certaines limites le roman de l'époque wisigothique continué par le roman mozarabe. (En le disant, je m'écarte de l'opinion du grand hispaniste qui nous a fait connaître et qui a étudié pour la

première fois ces textes, c'est-à-dire, de D. Ramón Menéndez Pidal qui admettait que ces chartes reproduisaient assez fidèlement un langage parlé au Xe et XIe siècles ...).
(CINTRA 1978: 464)

O livro polémico (para uns; para outros, genial) de Roger Wright (WRIGHT 1982) centrou-se na Península Ibérica e na França Carolíngia. As suas observações sobre o impacto da Reforma Gregoriana, sobre o *latín vulgar leonés* de Pidal, sobre a pronúncia do latim hispânico não reformado (as suas transcrições fonéticas devem ter chocado muitos romanistas e latinistas na altura, e provavelmente ainda chocam), sobre cultismo e semi-cultismo, sobre a origem e natureza das Glosas Riojanas, entre outros tópicos, constituem uma contribuição fundamental para a compreensão do desenvolvimento da escrita românica na Península Ibérica.

O seu pensamento pode ser adequadamente resumido por única citação de um texto seu recente:

Durante siglos los habitantes cristianos de la Península vivieron un estado de monolingüismo complejo en el que la forma escrita de su lengua no era nada más que eso, la forma escrita de la misma lengua que hablaban. Lo escrito no era, desde luego, transcripción fonética de lo hablado, lo mismo que no lo es hoy día en las lenguas francesa, castellana e inglesa, etc. Desde el siglo IX hasta el siglo XII, esta relación sencilla entre el habla y la escritura que se veía en la península Ibérica no catalana, divergía de la que existía en otras áreas de habla romance. [...]

Francia, Cataluña y la parte norteña de Italia, habían conocido las reformas de la renovación cultural impulsada por los carolingios a principios del siglo IX. En estas zonas, se tenía la idea y la práctica del latín que ahora llamamos medieval, lengua distinta de su romance normal. Esta *grammatica* incluía palabras, giros sintácticos y desinencias morfológicas que habían caído en desuso en el habla activa de todos; y la relación que había entre escritura y lectura oral había cambiado también, porque al leer textos en alta voz adoptaban ya la nueva práctica, que había originado antes en las regiones de habla germánica, de pronunciar una unidad fonética para cada letra ya escrita. [...]

En general, las reformas no llegaron a la Península (fuera de Cataluña) hasta finales del siglo XI, y — según se desprende de la investigación

de este libro — en varios sitios, al parecer, hasta bastante avanzado el siglo XII.

(WRIGHT 2000: 15-6)

Depois da publicação do livro de Wright diversos investigadores encontraram aí eco para a sua própria reflexão e a sua insatisfação com as perspectivas dominantes; alguns começaram a reconsiderar aspectos que eram tidos como estabelecidos na Linguística Românica, como a existência de uma diglossia Latin/Romance na România através da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média. Um reflexo deste reposicionamento e da influência de Wright na formulação de novas ideias é o volume organizado por si (WRIGHT, Ed. 1991) que recolhe as comunicações apresentadas numa sessão especial (*workshop*) sobre “Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages” do *Ninth International Conference on Historical Linguistics* que teve lugar na Universidade Estadual de Rutgers (New Brunswick, New Jersey) em 1989. Nesse livro, ao lado de nomes consagrados como Herman, Lloyd, Pinkster, van Uytvanghe ou Vârvaro, encontram-se trabalhos de investigadores mais jovens. Uma das ideias interessantes exploradas independentemente por diversos participantes nesse *workshop* foi a da natureza logográfica da escrita latina anterior ao século XIII na Península. Refiro-me sobretudo a Blake (1991), Emiliano (1991), Pensado (1991), e Stengaard (1991), e, em certa medida, a Walsh (1991). A ideia geral é a de que o processo de ler um texto latino em voz alta envolvia mais coisas do que uma simples associação de grafemas um a um a fonemas (ou fones), ou mesmo de palavras e morfemas um a um a formas escritas, e que o sistema de escrita não precisava de ser grafo-fonemicamente transparente para poder representar adequadamente as estruturas do vernáculo.

Em três artigos fundamentais publicados poucos anos mais tarde (WRIGHT 1991a e 1991c, e especialmente WRIGHT 1994) o próprio Wright explicitou as suas ideias sobre o assunto, refinando a ideia de que a escrita latina se tinha tornado logográfica na Península, ou seja, que a grafia não reflectia isomorficamente a pronúncia de um texto, e que a aparência alatinada de um texto hispânico escrito antes da Reforma não dizia nada sobre a latinidade da fala, ou sobre a existência de uma oposição conceptual e operacional entre língua falada e língua escrita como línguas distintas antes da Reforma. A perspectiva logográfica veio reforçar a ideia de que diglossia e/ou bilinguismo eram conceitos desnecessários para se lidar com a situação sociolinguística das comunidades ibero-românicas (com excepção da Catalunha): o que existia era “apenas” um sistema de escrita grafo-fonemicamente opaco usado por falantes monolingues de Romance (comunicando com falantes monolingues de Romance) para representar um registo muito formal e estilizado (polido) do vernáculo, não uma língua

distinta.

Também o trabalho do latinista compostelano José Antonio Puentes Romay sobre a grafia dos notários alto-medievais deve ser mencionado neste contexto: embora seja muito crítico em relação às teses de Wright, Puentes acaba, em minha opinião, por confirmar nos seus importantes trabalhos o que Wright escreveu sobre a relação complexa entre a grafia latina e a fonética do Romance (cf. especialmente PUENTES ROMAY 1986a, 1992 e 1998).

A primeira aplicação da ideia de Banniard de uma tipologia constrativa Latim/Romance e do conceito wrightiano de “Latino-Romance” a um documento hispânico foi feito pelo latinista Maurilio Pérez González (PÉREZ GONZÁLEZ 1993); Pérez reforça a pretensão de Banniard de que o estabelecimento de uma tal tipologia deveria ser a base para qualquer investigação futura sobre textos médio-latinos:

No ha sido nuestro propósito defender aquí una teoría en perjuicio de las otras. Aún más, creemos que ninguna de ellas establece de una manera plenamente satisfactoria una tipología contrastiva latín/romance, de manera que podamos discernir con claridad qué fenómenos lingüísticos implican la desaparición de hechos estructurales específicamente latinos y la aparición de hechos estructurales específicamente romances. Esta cuestión es sumamente pertinente, puesto que no siempre se está de acuerdo sobre la naturaleza, el alcance diacrónico y la significación de los fenómenos lingüísticos. Y, sin embargo, éste debería ser el tema central de las futuras investigaciones, si es que realmente se desea avanzar en la comprensión de la situación lingüística de la E. Media.
(PÉREZ GONZÁLEZ 1993: 125)

Pérez nota que a proposta de Banniard em *Viva Voce* era pouco explícita, e propõe-se aplicar uma tipologia contrastiva específica a um texto específico, nada menos que o mais antigo documento hispânico autógrafo conhecido, o *Diploma Silonis regis* de 775:

Los defensores del bilingüismo medieval han procedido frecuentemente por simple intuición, por una especie de lógica personal y, consecuentemente, subjetiva. Algo similar se observa en los defensores de la diglosia, a pesar de que algunos, como Sabatini, han contribuido a aclarar mucho aspectos lingüísticos previos. Wright ha traspasado pocas veces el terreno de la fonética. Herman suele prestar atención a importantes cuestiones lingüísticas, pero le falta la obra metódica que

las analice todas o, al menos, en su mayor parte. Banniard acaba de publicar una obra muy documentada sobre la comunicación escrita y oral en la E. Media; pero nos deja con la miel en los labios, como él mismo reconoce, a pesar de que esboza una tipología contrastiva latín/romance, que nosotros intentaremos aplicar en la medida de lo posible a algunos fenómenos lingüísticos del diploma del rey Silo. (PÉREZ GONZÁLEZ 1993: 125)

Embora eu considere algumas conclusões enviadas pelo seu *background* clássico, penso que o artigo de Pérez estabeleceu uma fundação segura para investigações futuras no domínio dos textos notariais hispânicos alto-medievais, porque a sua conclusão geral é que a língua representada no texto não pode ser descrita como Latim, e que os desvios em relação às convenções ortográficas latinas são sistemáticas (e sistémicas) e reflectem sistematicamente traços da fala vernácula da época.

Empreendi, inspirado por e baseado no artigo de Maurilio Pérez, um estudo semelhante do mais antigo documento latino-português autógrafo conhecido, de a. D. 882 (cf. EMILIANO 2000). Ao contrário de Pérez e de Banniard penso que determinados aspectos grafo-fonémicos podem e devem formar a base para uma tipologia contrastiva Latin/Romance. A análise scripto-linguística da carta de 882 mostra que foi escrita por um falante de Português Antigo, e que algumas características fonéticas portuguesas, como a existência de vocalismo nasal, e a queda de /n/ e /l/ inter-vocálicos, já estavam presentes na língua do escriba.

Para terminar esta secção, é forçoso mencionar alguns trabalhos sobre Latim Medieval Hispânico: A. C. Jennings (1940), N. P. Sacks (1941), J. Bastardas Parera (1953, 1960), L. Sletsjø (1959), M. Díaz y Díaz (1960a, 1960b; e também 1956, 1957, 1960d, 1965, 1978, 1981a, 1981b, 1986), A. Veiga Arias (1983), M. Pérez González (1985, e também 1987a, 1987b, 1987d, 1993a, 1998), A. García Leal (1988, 1993, e também 1994), M. P. Álvarez Maurín (1994, e também 1993a e 1993b) são de importância particular para a caracterização do Latim Hispânico não reformado como um modo especial de comunicação escrita, embora não apresentem explicitamente quadros conceptuais para a compreensão da emergência e desenvolvimento da escrita românica na Península (com a excepção possível do tratado da latinista María del Pilar Álvarez Maurín).

8. O ACESSO AOS DADOS LINGÜÍSTICOS DOS DOCUMENTOS LATINO-PORTUGUESES: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Resta reflectir um pouco sobre a forma como os dados scripto-lingüísticos da documentação latino-portuguesa alto-medieval podem e devem ser disponibilizados e tratados no dealbar do século XXI. Dou em anexo o facsímile de um documento latino-português, e respectiva edição paleográfica e interpretativa, como exemplo do tipo de edições que é necessário hoje realizar.

Garantir a preservação e a acessibilidade da documentação medieval é um aspecto importante da obrigação das gerações presentes, na posse de tecnologias revolucionárias não acessíveis há escassas dezenas de anos, de preservarem o património cultural e histórico das comunidades luso-falantes.

A preservação desse património não se esgota em, nem se resume a, um problema de índole arquivística ou documentalista, de simples conservação material dos diplomas. Esse problema pode considerar-se como razoavelmente bem resolvido para a maior parte dos diplomas latino-portugueses, hoje conservada quase totalmente nas modernas e inteligentes instalações do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, e exaustivamente inventariada até 1200 na importante tese de doutoramento de António Ribeiro Guerra (GUERRA 1996), historiador, paleógrafo e professor de saudosa memória, a quem não posso deixar de prestar aqui homenagem. Concorrentemente, a existência dos ficheiros de Maria José Azevedo Santos, que estão na base do sua importante tese, já publicada em livro (SANTOS 1994), ficheiros que resultaram de um levantamento exaustivo de toda a documentação em letra visigótica em todos os arquivos portugueses, garantem para já que a documentação está devidamente inventariada e localizada. A fusão dos levantamentos destes dois estudiosos poderá dar origem num futuro próximo a uma base de dados documental que conterà o registo de todos os documentos originais remanescentes em letra visigótica até ao século XII.⁵

⁵ Está em curso na Linha de Investigação N.º 4 (Linguística Histórica) do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa o projecto *Corpus Documentale Latinum Portugaliae (a saeculo nono post Christum usque ad decimum, a.D. 882-1000) / Corpus de Documentos Latino-Portugueses (882-1000): edição e estudo scripto-lingüístico de documentos originais latino-portugueses (CDLP)*, q.v. in <http://www.fcsh.unl.pt/clunl.linha4.html>. Cada documento é objecto de duas edições de base: (1) edição paleográfica, baseada em critérios de transcrição que se podem caracterizar genericamente como muito conservadores; (2) edição interpretativa, realizada a partir da primeira, mas baseada em critérios de normalização gráfica. Adicionalmente, são feitas edições para processamento informático contendo diversos tipos de etiquetagem com vista à extracção automática de diversos tipos de dados (antropónimos,

Levanta-se hoje o problema da preservação dos diplomas no sentido da sua máxima acessibilidade no âmbito das tecnologias da informação. Este problema deve ser equacionado em duas vertentes: (1) a necessidade urgente e imperiosa da digitalização dos documentos em formato texto; (2) necessidade da digitalização dos diplomas em formato imagem.

No que concerne o primeiro ponto é urgente a criação de um corpus informatizado de textos notariais latino-portugueses devidamente formatado e contendo edições fidedignas.

Tal implica reflectir sobre o processo de publicação das fontes como uma mediação entre o texto no seu suporte original e sobre a edição como resultado de um programa e de uma perspectiva editorial⁶. A necessidade de edições fidedignas é imperiosa e urgente, mas é necessário pensar também na reprodução dos manuscritos em ficheiros de imagem, no sentido de os pôr à disposição da comunidade científica, como acentuo mais abaixo.

As edições paleográficas a realizar para a disponibilização dos textos em edições fiáveis devem afastar-se radical e deliberadamente das normas de transcrição que caracterizam as edições de historiadores, cuja principal preocupação é a de transmitir o texto medieval através de uma forma graficamente amigável, maximamente legível, de maneira a que o acesso ao conteúdo do texto não seja dificultado por convenções gráficas obscuras ou exóticas. Essas edições têm o grande óbice de, ao não respeitarem muitas das convenções escriturais da época, sobretudo no que respeita ao tratamento das abreviaturas e da pontuação, falsearem não só a aparência gráfica dos textos, e distorcerem em certa medida aspectos não despiciendos da intencionalidade comunicativa e linguística subjacente.

No que respeita ao segundo ponto, quero referir-me especificamente à necessidade de preservar para o futuro os documentos num arquivo digital de imagens. A era do microfilme acabou definitivamente. Com a tecnologia actualmente existente é impensável que os arquivos portugueses não digitalizem os seus acervos medievais, na esteira de muitos arquivos e

patronímicos, topónimos, hidrónimos, expressões toponímicas, terminologias diversas, formas graficamente romaneadas ou desviantes, sintagmas com romaneamento morfo-sintáctico, classes de palavras, etc.).

⁶ Para uma discussão dos problemas de edição de textos medievais cf. CASTRO & RAMOS 1986, BROCARDO & EMILIANO (no prelo), e EMILIANO 2002a. Podem também ser também consultados os documentos disponíveis online no site do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (<http://www.fcsh.unl.pt/clunl/linha4.html>).

bibliotecas estrangeiras. Os custos da digitalização, quer em termos humanos, quer em termos de hardware, software e capacidade de armazenamento de imagens de alta resolução são hoje já significativamente inferiores aos custos da microfilmagem. A digitalização, pela sua natureza, leva à constituição de um arquivo durável de imagens de alta resolução, cuja reprodução será sempre isenta de ruído e de perda de informação. O mesmo obviamente não se passa com os suportes fotográficos tradicionais. Por outro lado, a digitalização, tendo em conta o índice elevadíssimo de resolução conseguido hoje na criação de reproduções de imagens em suporte digital limitará decisivamente a necessidade da consulta dos manuscritos *in situ*. Investigadores em qualquer parte do mundo poderão consultar imagens de alta resolução dos diplomas, bastando para isso solicitar as imagens que pretendem em CD.

9. CONCLUSÃO SUMÁRIA

A inventariação, publicação e estudo da documentação latino-portuguesa é, em última análise, um acto de preservação do património linguístico e escritural antigo da comunidade lusófona, e constitui em minha opinião uma obrigação grave de arquivistas, historiadores e particularmente linguistas e filólogos, face às gerações vindouras no sentido da perpetuação da nossa memória cultural, histórica e linguística.

* * *

ANEXO 1 — A QUESTÃO DO “LATIM BÁRBARO”: ALGUMAS OBSERVAÇÕES DE ESTUDIOSOS PORTUGUESES SOBRE A LÍNGUA NOTARIAL LATINO-PORTUGUESA

Ofereço neste anexo observações selectas colhidas junto de diversos autores, que representam significativamente a opinião dominante na área da História, da Filologia Portuguesa, e da História da Língua Portuguesa, sobre a língua notarial latino-portuguesa. No final apresento alguns comentários de conjunto. Os passos mais relevantes vão sublinhados a negrito.

1. **HERCULANO, Alexandre 1867. *Diplomata et Chartae* (Prefácio)**

«Per id enim temporis non aliud pene chirographarium stigma praeter interpunctionem cognitum erat, quam ad omnes orthographicos usus confuse, et ad libitum adhibebant, nullam sermonum distinctionis, suspensionis, incisionisque, quas nunc distincte notis signamus, curam suscipientes : rem insuper in pejus vertebant diplomatum scribae et notarii unico illo stigmate uti nescientes : **nulla scribenti lex, nec norma, nec ratio erat.** [...] Quapropter in his describendis documentis quasdam interpunctiones arbitrarías, manifesteque imprudentes, omittere, paucas tamen raro transferre curavimus, ubi supramodum obscuritatem et confusionem augebant in **scriptis, quorum inquinatus, horridusque sermo omnem saepius barbariem superat.**»
(pp. vij-viii)

2. NUNES, José Joaquim [1906] [1943³] 1981⁸. *Crestomatia Arcaica*

«É impossível, à falta de provas, seguir passo a passo a evolução do latim vulgar, desde que os soldados, colonos, e comerciantes romanos o trouxeram à Lusitânia até se tornar a língua hoje falada em Portugal. A existência, porém, do português já no século VIII é-nos atestada pelos documentos da época, escritos em **latim bárbaro**, nos quais, devido à **insciência dos notários** que os redigiam, transparecem aqui e ali termos que eles iam buscar à língua falada, sendo só no século XII que aparecem textos completos nesta última.»
(pp. xvi-xvii)

3. NUNES, José Joaquim [1919] [1945³] 1975⁸. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*

«Com o desaparecimento da nobreza romana pela irrupção dos bárbaros e, como consequência, das escolas e cultura intelectual, recebeu o latim literário, um golpe, que podemos chamar mortal; quase agonizante, acolheu-se aos mosteiros onde foi recebido e tratado com carinho. Embora não com a perfeição de um Cícero, continuou a ser escrito; os preceitos da sua gramática não deixaram de observar-se; ao que não se podia eximir, era a sofrer a influência das ideias novas para as quais precisava de criar termos, que necessariamente ia pedir às línguas faladas. Mas, ao lado deste latim, a que se dá o nome de baixo e que, em toda a Idade Média e ainda depois, foi a língua oficial da ciência, empregavam os tabeliães, nos documentos que redigiam, outro

inteiramente diferente, que **desconhecia quase por completo as regras gramaticais**, não passando de **fórmulas latinas estropiadas**, de **mistura** com vocábulos que eles iam procurar às línguas de que se serviam nas suas relações quotidianas, empregando-as quer na sua forma viva, quer dando-lhes **aspecto latino**. É este **latim bárbaro**, de que os cartórios nos ministram bastante testemunho nos contratos, testamentos, doações e outros documentos, de grande importância pelo conhecimento que nos subministra da existência da língua vulgar, como adiante se verá.»

(pp. 10-11)

«Mas que a nossa língua já existia no século IX, provam-no os documentos que dessa data afastada nos restam. Escritos em **latim bárbaro** e com muitas fórmulas comuns a outras nações, como não podia deixar de suceder, tratando-se de usos idênticos, aparecem neles já, além de vocábulos que o notário evidentemente latinizou, como *dublador*, *pumare*, etc., muitos com feição e cunho portugueses. Só do século XII em diante é que começam a aparecer documentos escritos por completo ou quase por completo em português, sem que todavia se pusesse de parte o **latim bárbaro**, que ainda persistiu por muito tempo.»

(pp. 14-15)

4. VASCONCELLOS, José Leite de [1911] [1926²] 1959³. *Lições de Filologia Portuguesa*

«Não devemos confundir *latim vulgar* com *latim bárbaro*. Aquele é língua viva, que a pouco e pouco se modificou, estando hoje representado pelas línguas românicas ou *romanço*; êste é o **latim dos escritões da idade-média, latim não só estropiado, mas mesclado de palavras e expressões da língua falada**. Pelo que toca a Portugal, possuímos textos em latim bárbaro, do século IX em diante. Antes de começar a usar-se o português nos documentos (contratos, testamentos, etc.), êles escreviam-se neste latim. **Falava-se uma língua (romanço), e escrevia-se outra (latim bárbaro)**. [...]

As palavras e expressões portuguesas que transparecem nos **documentos latino-bárbaros** constituem o que costume chamar *português proto-histórico*, que é a primeira fase do *português arcaico*. Esta primeira fase pode dizer-se que durou até o século XII, pois em tal

época principiou a escrever-se a nossa língua, ou pelo menos é d'então que datam os mais antigos documentos portugueses que possuímos.» (pp. 14-16)

«Ao português pre-histórico segue-se o *português proto-histórico*, já revelado em **documentos latino-bárbaros**, que vão do século IX ao XIII (principalmente). Transcreverei d'aí alguns vocábulos: *abelia* «abelha», *conelium* «côelho» (arc.), *estrata* «estrada», *ovelia* «ovelha». Nenhuma de tais formas era da língua viva, pois *abelha* vem de *a p i c u l a*, *côelho* de *c u n i c u l u s*, *ovelha* de *o v i c u l a*, e não podiam passar por aqueles **estádios latino-bárbaros**; os escrivães medievais é que, como sabiam que o port. *lh* correspondia ao lat. *li* + vogal, o que achavam exemplificado em *folha* < *folia*, *evangelho* < *e u a n g e l i u m*, etc., conjecturaram erradamente que a *abelha*, *coelho* e *ovelha* correspondiam palavras latinas em *-lia* e *-lium*, e **relatinizaram-nas** do modo que fica indicado. A palavra *estrata* também não existia na época a que me estou referindo, pois já -T- latino havia dado *-d-*, mas os escrivães, que tinham diante dos olhos *-ada* < *-ata* em *amada* < *a m a t a*, e centenares de outras palavra com *-d-* por -T-, forjaram por êsse modêlo *estrata*¹.

Compreende-se por tanto que nas **palavras latino-bárbaras** possam descobrir-se as verdadeiras palavras portuguesas do tempo. A expressão *proto-histórico* é, como *pre-histórico*, inteiramente fortuita e transitória. Supondo que apareciam documentos portugueses com todas as palavras que podemos reconhecer no latim bárbaro, ela não teria também cabimento².

¹ Nos exemplos em que há *li* + *a* (e *ni* + *a*) pode também ver-se mera representação ortográfica de *lh* (e *nh*), pela razão indicada acima. Palavras, porém, como *au* «ou», *pumare* «pomar», *Figueirola* «Figueirola» (depois *Figueiroa*, *Figueirô*), *dublata* «dobrada», «duplicada», os notários pensavam que as escreviam em latim, quando não faziam mais do que dar vago aspecto latino a palavras românicas.

² Do que a êste propósito escreveu o crítico João Ribeiro concluo que êle não entende o que é português proto-histórico. **O que eu chamo português proto-histórico é a língua que se revela por baixo, se posso assim dizer, do latim bárbaro, e não o latim bárbaro**, ou gíria tabelioa, como êle diz. Os exemplos que citei a cima e na nota 1 tornam

isto bem claro.»
(pp. 122-123)

5. VASCONCELLOS, José Leite de [1922³] 19705. *Textos Arcaicos*

«Os primeiros textos extensos, escritos em português, datam do século XII; mas já em muitos **documentos latino-bárbaros**, do século IX em diante, transparecem palavras que podemos considerar portuguesas. [...]

Língua portuguesa arcaica é pois a que decorre desde o século IX, e mais particularmente desde o século XII, até o século XVI; à fase que vai do século IX ao XII costumo chamar *português proto-histórico*.»
(pp. 117-119)

6. VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de [1911-1913] 1946. *Lições de Filologia Portuguesa*

«Do século IX em diante há documentos públicos, contratos de compra e venda, doações, testamentos, etc., exarados por tabeliães, ou escritvães, bem como documentos jurídicos de maior alcance: cartas, diplomas, leis, forais, inquirições sôbre propriedades. Dêstes documentos os mais antigos prove) em de cartórios conventuais, sobretudo do Minho e Beira. [...]

A linguagem em que estão escritos merece bem o nome de **latim bárbaro**. Muito ao contrário do latim vulgar e português arcaico, que são línguas perfeitamente regulares, **êsse latim bárbaro que nunca teve vida e nunca foi falado, é inorgânico; obra artificial** dos referidos tabeliães que sendo obrigados a servir-se da língua latina, a ignoravam todavia, **cometendo por isso as maiores irregularidades**.

Ignorando o latim, êles misturavam parcelas mal aprendidas do idioma do Lácio com fórmulas tradicionais, colhidas nos formulários do cartório. E onde essa ciência espúria falhava, acudiam com locuções e vocábulos do *romance* que no trato comum usavam; estropiando as primeira gramaticalmente, e deturpando mesmo as últimas porque lhes davam **grafia e flexão pseudo-latinas**. [...]

Às palavras sôltas e expressões em romance que se encontram nesses **textos deveras bárbaros**, dá-se o nome de português *proto-histórico*.» (p. 17)

7. TEYSSIER, Paul [1980] 1982. *História da Língua Portuguesa*

«É durante o período que se segue à invasão muçulmana que vão aparecer outras inovações específicas de que resultará o isolamento dos falares do Noroeste da Península, não apenas dos seus vizinhos do Leste, leonês e castelhano, mas também dos dialectos moçárabes que se desenvolvem no Sul. Surgirá, assim, nos séculos IX a XII, o galego-português, cujos primeiros textos escritos aparecerão somente no século XIII. [...] A partir do século IX, com efeito, surgem textos redigidos num **latim extremamente incorrecto (conhecido tradicionalmente como «latim bárbaro»)**, que, uma vez por outra, deixam entrever as formas da língua falada. Percebe-se assim *abelha* em *abelia* (<*apicula*) em vez de *apis*, ou *coelho* em *conelium* (<*coniculum*), ou *estrada* em *estrata*, ou *ovelha* em *ovelia* (<*ovicula*), etc.» (pp. 13-14)

8. CASTRO, Ivo 1991. *Curso de História da Língua Portuguesa*

«A produção regular de documentos em português só é conhecida a partir da segunda metade do século XIII: em 1255 começam a ser escritos em português alguns dos documentos saídos da chancelaria de D. Afonso III e em 1279 D. Dinis torna sistemático o uso do português como língua dos documentos oficiais. Pode assim usar-se o ano de 1255 como divisória.

Antes desse ano, temos a chamada produção pré-literária, cujo mais antigo documento conhecido é a escritura de fundação da igreja de Lordosa (ano de 882). É constituída por **textos latinos em graus diversos de pureza**, desde os muito fiéis aos modelos clássicos até outros que quase poderíamos classificar de românicos, ainda que revestidos de um **leve véu alatinado**. É evidentemente nestes últimos que as possibilidades de encontrarmos formas e características do português antigo se multiplicam. A respeito dos problemas destes textos, convém ter presente o modo como Menéndez Pidal descreveu a situação em Leão e Castela, em tudo semelhante à nossa: [segue-se

longo excerto da introdução das *Orígenes* em que Pidal explicita a sua teoria da duas correntes de vulgaridade na língua notarial]» (p. 182)

9. FREIRE, José Gerales 1995. *O Latim Medieval em Portugal — Língua e Literatura*

«O método de trabalho consiste em ler o documento notarial com a máxima atenção e sentido crítico, a fim de perscrutar se, no meio daquele “latim bárbaro”, em que se misturam formulismos herdados da tradição jurídica romana e visigótica, aparecem palavras que já não são latinas, mas documentam que o notário, apesar de todo o seu desejo de escrever em Latim, deixa passar e vir ao de cima elementos vocabulares que denunciam a fala do povo. A estes elementos não latinos chamamos *afloramentos do português*, porque eles emergem, no nível geral de uma redacção convencional, como algo de estranho ao Latim, algo de novo que o notário não conseguiu passar para Latim e que, por isso, escreveu tal como ouvia dizer aos intervenientes directos do diploma. A transcrição conservada no Cartulário (e nos *Diplomata et Chartae*) não garante absolutamente a pronúncia do outorgante ou das testemunhas, mas é antes uma tentativa de fazer corresponder os fonemas ouvidos ou pronunciados aos grafemas de que o notário dispõe. (p. 11)

«[...] quando lidos criticamente e com demorada atenção, os nossos mais antigos documentos datados e autênticos, após a invasão árabe, apresentam, desde 870 até ao fim do século IX, provas suficientes de que então o povo do actual território português falava já uma língua bem diferenciada do Latim. **Estes *afloramentos do Português* são como que os primeiros vagidos de uma nova língua em formação que se encontrava então ainda no seio da madre latina.**» (p. 12)

«Em nossa opinião, enquanto os **primeiros escrivães dos documentos notariais dos séculos IX e X, quando pegavam na pena pensavam ainda em latim como língua oficial e de cultura e só ocasionalmente deixavam emergir os *afloramentos do português***, mais tarde os chanceleres e notários dos forais dos séculos XI a XIV encontravam-se perante uma situação mental pensada em português e que era redigida

num latim oficial, mas sem preocupações de maior quanto ao registo de palavras portuguesas que não sabiam traduzir para latim, dando-lhes por isso formas alatinadas ou escrevendo-as mesmo em português.» (p. 14)

A interpretação da latinidade notarial fornecida por Leite de Vasconcellos, dado o peso que este autor prolífico teve e tem, como verdadeiro “pai” que foi da Filologia Portuguesa, merece especial atenção. Apesar das expressões datadas “latim bárbaro” e “documentos latino-bárbaros” Leite de Vasconcellos percebeu a importância fundamental da tradição notarial para a história da língua portuguesa. Fundamentalmente, percebeu que a latinidade notarial era um registo scripto-linguístico específico, com uma relação estreita com a realidade do vernáculo, apesar de não ter conceptualizado na forma mais adequada a natureza desse registo escrito, que considerava uma variedade “estropiada” de Latim Medieval.

De resto, da prosa diplomática e cautelosa de Castro à sanha fundamentalista de Carolina Michaëlis passando pela “história trágico-linguística” de Nunes do Latim nos *scriptoria* monásticos, se há de facto mudança de tom e de estilo, não há mudança substancial na apreciação linguística dos documentos; a partir do momento em que o rótulo de “latim” é associado aos documentos a sua avaliação só pode ser feita depreciativamente em confronto com os preceitos da *ars grammaticae*. Nunes esquece (ou ignora) que os tabeliães eram os mesmos monges que acolheram o “latim agonizante” e que os escrivães que copiavam os códices eram as mesmas pessoas que redigiam os documentos. Teyssier não explica como o “latim incorrecto” que deixava entrever elementos da língua falada podia conviver num mesmo documento com latim correcto. Freire confunde os “afloramentos do português” nos documentos com a génese da língua portuguesa (!).

As observações dos filólogos do século XX ecoam de uma maneira ou doutra as observações catastrofistas de Alexandre Herculano no prefácio aos *Diplomata et Chartae*, perpetuando a ideia de uma latinidade barbarizada praticada por escribas semi-letrados. Por isso, poucos sentiram a necessidade de rever e actualizar as edições dessa importante colecção documental. E, no entanto, são hoje reconhecidas as limitações dessa publicação: falta de critérios explícitos de transcrição e edição, falta de critérios adequados ao estudo linguístico e filológico dos textos (problema também presente na publicação subsequente da Academia das Ciências das colecções *Documentos Régios* e *Documentos Particulares*), mescla de autógrafos e apógrafos (sendo algumas das cópias publicadas bastante tardias), levantamento não exaustivo dos documentos conhecidos (sobretudo dos documentos preservados em

cartulários), erros de leitura, intervenções editoriais não explícitas. Todas essas limitações são compreensíveis dado que os documentos foram publicados como fontes históricas e não como fontes linguísticas. Tais factos justificam plenamente que os documentos latino-portugueses, sobretudo os conservados em diplomas autógrafos, sejam objecto de novas edições, mais consentâneas com a investigação de fases pretéritas da história da língua e da escrita portuguesas.

Tudo isto justifica também que se ultrapasse definitivamente nos estudos de história da língua portuguesa uma perspectiva oitocentista da literacia alto-medieval, e que depois de um século de mudanças profundas (revolucionárias) nas ciências humanas, e na Linguística em particular, como foi o século XX, se reequacione e actualize o estudo da escrituralidade notarial.

* * *

ANEXO 2 — EXEMPLO DE UM DOCUMENTO NOTARIAL LATINO-PORTUGUÊS DE A.D. 915

DATA: 0915/11/20
 ARQUIVO: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Salvador de Moreira, maço 1, documento n.º 3
 EDIÇÕES: *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum — Diplomata et Chartae*, vol. I, Lisboa: Academia das Ciências, 1867, p. 14, doc. XXI (=DC)
 TRADIÇÃO: original autógrafo
 DIMENSÕES: 150mm x 115 mm
 LETRA: letra visigótica cursiva
 TIPO: documento particular: plácito (dotação de igreja)
 OUTORGANTE(S): *Didacus*
 DESTINATÁRIO(S): *Aluitu e Seniorino*
 NOTÁRIO: sem nome
 ASSUNTO: *Flaino*, pai do presbítero *Didacus*, e seus restantes filhos *Trudildi*, *Uidisclu*, *Ariulfo*, *Honorigo* e *Leodemundo*, comprometeram-se a fazer carta de dotação da Igreja de S. Salvador. O presbítero *Didacus* transfere a dotação da igreja e o pacto para *Aluitu* e *Seniorino*.

EDIÇÃO PALEOGRÁFICA

Convenções de transcrição:

{texto}	abreviatura vocabular com sinal abreviativo geral (não expandida)
(texto)	expansão interpretativa de abreviatura sistemática
.	separação de palavras juntas no ms.
	separação de linhas em colunas de subscrições
·	junção de partes de palavra
ē/ ū	letra vocálica associada a sinal abreviativo geral com valor de M
C	coluna de subscrições
L	linha de texto

- L01 [chrismon] ¹ non est duuius set multis manet nodexim(us) eo quod uenit uoluntas
- L02 ad pater didaci nomine flaino et de suos eredes nominib(us) trudildi uidiscū
- L03 ariulfo honorigo leodemundo : placuit nouis bone pacis uoluntas ut facerem(us) testum
- L04 scrijture ad didagū {ppsr} et qui In uita {sca} p(er)seuerauerjt ad ipsa {egla} {sci} salbatoris
- L05 et tradit se didagu In man(us) aluiti ipsa dote {egle} et ipso pactu ut autorecent
- L06 eam aluitu et seniorino post parte [...] ² In conciljo qui proInde aliq(ui) ³ uenit
- L07 tam episcob(us) quam de laigalē parte . comodo . carescam(us) ipsa {egla} et ipsos pomares
- L08 q(ue) lbide ⁴ sunt In omne circuidu . Et uouis p(er)pedi auiduro . Fact(us)
- L09 placitus xii kallendas decembre era dccccliii.
- L10 aluitu :
- L11 seniorinu [signum] ⁵
- [1^a coluna]
- C01 [chrismon] ⁶ bretus {ts} ⁷ | eldebred(us) {ts} | uermudo {ts} | trasmiru {ts}
- [2^a coluna]
- C02 [chrismon] ⁸ bellēgo {ppsr} {ts} | mi_ro {ts} | fafila {ts} | louegildo {ts}

Notas:

- 1 [chrismon]] *Christus* DC
- 2 texto ilegível (mancha com a extensão de 2 cm)
- 3 aliq(ui)] *aliquis* DC
- 4 Ibide] *ibidem* DC
- 5 [sinal]] DC omite
- 6 [chrismon]] DC omite
- 7 {ts}] *test.* DC (nas linhas seguintes DC transcreve a abreviatura da mesma maneira)
- 8 [chrismon]] DC omite

EDIÇÃO INTERPRETATIVA ESTREITA⁷

Convenções editoriais gerais:

São removidas a capitalização e pontuação originais. O texto é dividido em parágrafos numerados. As abreviaturas são expandidas sem sinalização editorial. Este tipo de edição é particularmente apropriado para o levantamento de formas lexicais através de aplicações de geração de concordâncias e de *indices verborum*, dado o número reduzido de caracteres e de códigos editoriais que emprega.

- P01 |^{L01} [*chrismon*] non est duuius set multis manet nodeximus eo quod uenit uoluntas |^{L02} ad pater didaci nomine flaino et de suos eredes nominibus trudildi uidisclum |^{L03} ariulfo honorigo leodemundo placuit nouis bone pacis uoluntas ut faceremus testum |^{L04} scripture ad didagum prespiter et qui in uita sancta perseuerauerit ad ipsa eglesia sancti salbatoris
- P02 |^{L05} et tradit se didagu in manus aluiti ipsa dote eglesie et ipso pactu ut autorecent |^{L06} eam aluitu et seniorino post parte [...]
- P03 in concilio qui proinde aliqui uenit |^{L07} tam episcobus quam de laigalem parte comodo carescamus ipsa eglesia et ipsos pomares |^{L08} que ibide sunt in omne circuidu et uouis perpedi auiduro
- P04 factus |^{L09} placitus XII kallendas decembre era DCCCCLIII
- P05 |^{L10} aluitu |^{L11} seniorinu [*signum*]
- P06 |^{C01} [*chrismon*] bretus ts eldebredus ts uermudo ts trasmiru ts |^{C02} [*chrismon*] bellengo prespiter ts miro ts fafila ts louegildo ts

⁷ Para uma discussão detalhada de critérios para a realização de edições interpretativas de fontes medievais para a história da língua portuguesa ver os documentos disponíveis online no site do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (*loc. cit.*).

EDIÇÃO INTERPRETATIVA LARGA

Convenções editoriais gerais:

São introduzidas capitalização e pontuação modernizadas. O texto é dividido em parágrafos numerados. As abreviaturas são expandidas sem sinalização editorial.

- P01 |^{L01} [*chrismon*] Non est duuius, set multis manet nodeximus eo quod uenit uoluntas |^{L02} ad pater Didaci, nomine Flaino, et de suos eredes, nominibus Trudildi, Vidisclum, |^{L03} Ariulfo, Honorigo, Leodemundo, placuit nouis, bone pacis uoluntas, ut faceremus testum |^{L04} scripture ad Didagum prespiter et qui in uita sancta perseuerauerit ad ipsa eglesia Sancti Salbatoris.
- P02 |^{L05} Et tradit se Didagu in manus Aluiti ipsa dote eglesie et ipso pactu ut autorecent |^{L06} eam Aluitu et Seniorino post parte [...].
- P03 In concilio qui proinde aliqui uenit |^{L07} tam episcobus quam de laigalem parte, comodo carescamus ipsa eglesia et ipsos pomares |^{L08} que ibide sunt in omne circuidu, et uouis perpedi auiduro.
- P04 Factus |^{L09} placitus XII Kallendas Decembre, Era DCCCCLIII.
- P05 |^{L10} Aluitu, |^{L11} Seniorinu [*sinal de roboração*]
- P06 |^{C01} [*chrismon*] Bretus ts. — Eldebredus ts. — Vermudo ts. — Trasmiru ts. |^{C02} [*chrismon*] Bellengo prespiter ts. — Miro ts. — Fafila ts. — Louegildo ts.

* * *

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ MAURÍN, María del Pilar 1993a: “El formulismo en la lengua de los documentos notariales altomedievales”, *Helmantica: Homenaje a J. Oroz*, pp. 125: 137.
- ÁLVAREZ MAURÍN, María del Pilar 1993b: “El registro especial de los documentos notariales altomedievales”, *Estudios Humanísticos — Filología* 15: 23-41.
- ÁLVAREZ MAURÍN, María del Pilar 1994: *Diplomática Asturleonese: Terminología Toponímica*, León: Universidad de León.
- BANNIARD, Michel 1992: *Viva Voce: Communication écrite et communication orale du IVE au IXe siècle en Occident latin*, Paris: Études Augustiniennes.
- BASTARDAS PARERA, Joan 1953: *Particularidades sintácticas del latín medieval: Cartularios españoles de los siglos VIII al XI*, Barcelona/Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

- BASTARDAS PARERA, Joan 1960: "El latín medieval", in ALVAR, BADÍA, BALBÍN & CINTRA, Eds., *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Tomo I, pp. 251-290.
- BLAKE, Robert J 1991b: "Syntactic aspects of Latin texts of the Early Middle Ages", in Roger WRIGHT, Ed., pp. 219-232.
- BISHKO, C. J. 1968-69: "Fernando I y los orígenes de la alianza castellano-leonesa con Cluny", *Cuadernos de Historia de España* 43-44, pp. 31-135; 45-46, pp. 50-116.
- BROCARDO, Maria Teresa & António EMILIANO (no prelo): "Considerações sobre a edição de fontes para a história da língua portuguesa", in *Santa Barbara Portuguese Studies* (Universidade da Califórnia, Santa Barbara), 2003.
- CARDOSO, Maria Adriana 2002: *A Língua Notarial Latino-Portuguesa de Notários do Século XI. Análise de morfo-sintáticos de documentos do Mosteiro de Pendorada (1059-1100)*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dissertação de mestrado em Linguística (Linguística Histórica).
- CASTRO, Ivo José de 1991: *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta.
- CASTRO, Ivo José de & Maria Ana RAMOS 1986: "Estratégia e tática da transcrição", in *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*, Paris: Centre Culturel Portugais / Fondation Calouste Gulbenkian, pp. 99-122.
- CINTRA, Luis Filipe Lindley 1978: "Langue parlée et traditions écrites au Moyen-Âge (Péninsule Ibérique)", in A. VÁRVARO, Ed., *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza, Napoli, 15-20 Aprile 1974*, Volume I, Napoli/Amsterdam/Philadelphia: Gaetano Macchiaroli/John Benjamins B. V., pp. 463-472.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. 1956: "El latín medieval español", in *Actas del Primer Congreso Español de Estudios Clásicos (Madrid 15-19 de abril de 1956)*, Madrid: s.n., C. Bermejo, imp. (Publicaciones de la Sociedad Española de Estudios Clásicos), pp. 559-579.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. 1957: "Movimientos fonéticos en el latín visigodo", *Emerita* 25: 369-386.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. 1960a: "El latín de la Península Ibérica: rasgos lingüísticos", in ALVAR, BADÍA, BALBÍN & CINTRA, Eds., *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Tomo I, pp. 153-197.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. 1960b: "El latín de la Península Ibérica: dialectalismos", in ALVAR, BADÍA, BALBÍN & CINTRA, Eds., *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Tomo I, pp. 237-250.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. 1960d: "Un document privé de l'Espagne wisigothique sur ardoise", *Studi Medievali* 3/1: 52-71.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. 1965: "El latín de la liturgia hispánica", in *Estudios sobre la liturgia mozárabe*, Toledo: Diputación Provincial, pp. 55-87.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. 1978: *Las primera glosas hispánicas*, Barcelona: Universidad Autónoma.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. 1981a: "Le latin du Haut Moyen-Âge espagnol", in *La lexicographie du latin médiéval*, Paris: CNRS, pp. 105-114.

- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. 1981b: “El cultivo del latín en el siglo X”, *Anuario Español de Filología* 4: 71-81.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. 1986: “Algunos aspectos lingüísticos y culturales de las pizarras visigóticas”, *Myrtia* 1: 13-25.
- EMILIANO, António 1991: “Latin or Romance? Graphemic variation and scripto-linguistic change in medieval Spain”, in Roger WRIGHT, Ed., pp. 233-248.
- EMILIANO, António 1993: “Latín y romance y las glosas de San Millán y de Silos: apuntes para un planteamiento grafémico”, in *Actas del Primer Congreso Anglo-Hispano*, Ralph PENNY Ed., Madrid: Association of Hispanists of Great Britain and Ireland / Editorial Castalia, tomo I — Lingüística, pp. 235-244.
- EMILIANO, António 1994: “Considerações sobre o estudo da documentação notarial anterior ao séc. XIII”, in *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 1993)*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp. 195-210.
- EMILIANO, António 1995: “Tradicionalidad y exigencias de realismo en la lengua notarial hispánica (hasta el siglo XIII)” in *Actas I Congreso Nacional de Latín Medieval (León, 1-4 Diciembre de 1993)*, Maurilio PÉREZ GONZÁLEZ, Coord., León: Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, pp. 511-518.
- EMILIANO, António, 2000: “O mais antigo documento latino-português (882 a.D.) — edição e estudo grafémico”, *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, 26: 7-42.
- EMILIANO, António 2002a: “Problemas de transliteração na edição de textos medievais”, *Revista Galega de Filoloxía*, 3: 29-64.
- EMILIANO, António, 2002b: *Latim e Romance em Documentação Notarial da Segunda Metade do Século XI*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).
- FREIRE, José Geraldes 1995: *Oração de Sapiência: O Latim Medieval em Portugal — Língua e Literatura*, Coimbra: Serviço de Documentação e Publicações da Universidade Coimbra.
- GARCÍA LEAL, Alfonso 1988: *El latín de la diplomática asturleonés (775-1035)*, Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 1988 (em microficha).
- GARCÍA LEAL, Alfonso 1993. “Lengua hablada y lengua escrita en el Reino de León”, in M. A. Marcos CASQUERO, Ed., *Estudios de Tradición Clásica y Humanística*, León: Universidad de León, pp. 29-44.
- GARCÍA LEAL, Alfonso 1994. “Algunas observaciones acerca de la lengua hablada y la lengua escrita en el Reino de León”, in *Actas del VIII Congreso Español de Estudios Clásicos*, Madrid, pp. 533-539.
- GUERRA, António Joaquim Ribeiro 1996: *Os Diplomas Privados em Portugal dos Séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*, Dissertação de Doutoramento em História na Área de Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- HERCULANO, Alexandre 1867: *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum — Diplomata et Chartae*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Vol. I, pp. v-viiij.

- JENNINGS, Augustus Campbell 1940: *A linguistic study of the Cartulario de San Vicente de Oviedo*, New York: S. F. Vanni.
- MATTOSO, José 1968: *Le monachisme ibérique et Cluny: Les monastères du diocèse de Porto de l'an mil à 1200*, Louvain: Université de Louvain (Recueil de Travaux d' Histoire et de Philologie, 4.e série, fasc. 39).
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón [1926] [1950³] 1980⁹: *Orígenes del Español: Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*, Madrid: Espasa-Calpe S. A., novena edición (según la tercera, muy corregida y adicionada).
- NETO, Serafim da Silva 1957: *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- NUNES, José Joaquim [1906] [19433] 19818: *Crestomatia Arcaica*, Lisboa: Lisboa: Livraria Clássica Editora, 8ª edição.
- NUNES, José Joaquim [1919] [19453] 19758: *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa: Fonética e morfologia*, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 8ª edição.
- PENSADO, Cármen 1991: "How was Leonese Vulgar Latin read?", in Roger WRIGHT, Ed., pp. 190-204.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio 1985: *El latín de la cancelleria castellana (1158-1241)*, Salamanca/León: Universidad de Salamanca/Universidad de León.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio 1987a: "El latín vivo de los escribas medievales según el «Formulismo contemporáneo» en la documentación castellana de 1158 a 1214", *Estudios Humanísticos (Filología)* 9, pp. 133-153.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio 1987b: "Las inscripciones medievales latinas de la Real Colegiata de San Isidoro de León: estudio lingüístico", *Isidoriana: Coleccion de la cátedra de San Isidoro. 1. Santo Martino de León*, León: Centro de Estudios San Isidoro, pp. 423-428.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio 1987d: "Los primeros documentos cancellescos en castellano y su dependencia latina", in J. C. SANTOYO, Ed., *Fidus interpres: Actas de las primeras Jornadas Nacionales de Historia de la Traducción*, León: Universidad de León, pp. 83-90.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio 1993a: "El diploma del rey Silo y sus romanismos", *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 5: 115-139.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio 1998: "El latín del siglo X leonés a la luz de las inscripciones", in M. PÉREZ GONZÁLEZ, Ed., *Actas del II Congreso Hispánico de Latín Medieval (León, 11-14 de Noviembre de 1997)*, León: Universidad de León, Volúmen I, pp. 157-174.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio 1993: "El diploma del rey Silo y sus romanismos", *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 5: 115-139.
- Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum — Diplomata et Chartae*, Lisboa: Academia das Ciências, 1867-1873.
- PUENTES ROMAY, José Antonio 1986a: "Acerca de la grafía del latín altomedieval", *Euphrosyne* 14: 97-112.
- PUENTES ROMAY, José Antonio 1992: "Acerca de la pronunciación del latín altomedieval: a propósito de una teoría reciente", *Euphrosyne* (nova série) 22: 269-281.
- PUENTES ROMAY, José Antonio 1998: "Lengua y gramática en el noroeste peninsular altomedieval: algunas consideraciones generales", in M. PÉREZ

- GONZÁLEZ, Ed., *Actas del II Congreso Hispánico de Latin Medieval (León, 11-14 de Noviembre de 1997)*, León: Universidad de León, Volúmen I, pp. 769-775.
- SABATINI, Francesco 1965: "Esigenze di realismo e dislocazione morfologica in testi preromanzi", *Rivista di Cultura Classica e Medievale* 7: 972-998.
- SABATINI, Francesco 1968: "Dalla «scripta latina rustica» alle «scriptae» romanze", *Studi Medievali* 9: 320-358.
- SABATINI, Francesco 1978: "Lingua parlata, 'scripta' e coscienza linguistica nelle origini romanze", in Alberto VARVARO, Ed., *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza, Napoli, 15-20 Aprile 1974*, Volume I, Napoli/Amsterdam/Philadelphia: Gaetano Macchiaroli/John Benjamins B. V., pp. 445-453.
- SACKS, Norman P. 1941: *The latinity of dated portuguese documents in the portuguese territory*, Philadelphia: University of Pennsylvania (Romance Languages and Literature No. 32).
- SANTOS, Maria José Azevedo 1994: *Da Visigótica à Carolina — a Escrita em Portugal de 882 a 1172 (aspectos técnicos e culturais)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- SLETSJØ, Leif 1959: *Le Développement de l et n en Ancien Portugais (Étude fondée sur les diplômes des Portugaliae Monumenta Historica*, Oslo: Presses Universitaires d'Oslo/Paris: Boyveau & Chevillet.
- TEYSSIER, Paul [1980] 1982: *História da Língua Portuguesa*, Lisboa: Sá da Costa (edição original: *Histoire de la langue portugaise*, Paris: Presses Universitaires de France, Collection Encyclopédique "Que sais-je?", 1980).
- VASCONCELLOS, José Leite de [1911] 19664: *Lições de Filologia Portuguesa*, Rio de Janeiro, edição enriquecida com notas do Autor, prefaciada e anotada por Serafim da Silva Neto.
- VASCONCELLOS, José Leite de [19223] 19705: *Textos Arcaicos (para uso da aula de Filologia Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)*, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de [1911-1913] 1946: *Lições de Filologia Portuguesa*, Lisboa: Revista de Portugal.
- VEIGA ARIAS, Amable 1983. *Algunas calas en los orígenes del gallego*, Vigo: Editorial Galaxia.
- WALSH, Thomas 1991: "Spelling lapses in Early Medieval Latin documents and the reconstruction of primitive Romance phonology", in Roger WRIGHT, Ed., pp. 205-218.
- WILLIAMS, Edwin [1939] 1975: *Do latim ao português*, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro (edição original: *From Latin to Portuguese*, Oxford: Oxford University Press, 1939).
- WRIGHT, Roger 1982: *Late Latin and Early Romance in Spain and Carolingian France*, Liverpool: Francis Cairns.
- WRIGHT, Roger 1991a: "La enseñanza de la ortografía en la Galicia de hace mil años", *Verba* 18: 5-25
- WRIGHT, Roger 1991c: "Textos asturianos de los siglos IX y X: ¿latín bárbaro o romance escrito?", *Lletres Asturianas* 41: 21-34

- WRIGHT, Roger 1992: "La metalingüística del siglo XII español (y la *Chronica Adefonsi Imperatoris*)", in *Actas del II Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*, vol.2, Madrid, pp.879-886.
- WRIGHT, Roger 1993b: "Complex monolingualism in Early Romance", in *Linguistic Perspectives on the Romance Languages: Selected Papers from the XXI Linguistic Symposium on the Romance Languages*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 377-88.
- WRIGHT, Roger 1994: "Logographic script and assumptions of literacy in tenth-century Spain", in PARRY, DAVIES & TEMPLE, Eds., *The Changing Voices of Europe*, Cardiff: The University of Wales Press, pp.125-139.
- WRIGHT, Roger 2000: *El Tratado de cabreros (1206): Estudio sociofilológico de una reforma ortográfica*, London: Queen Mary and Westfield College (Papers of the Medieval Hispanic Research Seminar 19).
- WRIGHT, Roger, Ed. 1991: *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*, London/New York: Routledge, pp. 219-232 (reimpressão em University Park, Philadelphia: The Pennsylvania State University Press, 1996).

RESUMEN

En el corpus latino medieval hispánico, la documentación notarial constituye un dominio textual y comunicativo con trazos propios, cuya importancia para el conocimiento de los periodos antiguos de las lenguas ibero-románicas no está de más acentuar. La documentación notarial latino-medieval constituye, puede decirse, un verdadero laboratorio "escripto-lingüístico" donde se ensayaron durante siglos las soluciones que irán a desembocar en las grafías romances por toda la Península en el inicio del siglo XIII. El análisis de la documentación notarial medio-latina, sea de tipo lingüístico, textual o grafemático, debe tener en cuenta de manera obligada la relación que existía entre los varios tipos y modos de comunicación presentes en la sociedad medieval, en particular la relación compleja entre la tradición escritural latina no reformada (heredada de la Antigüedad tardía con mediación de la latinidad visigótica) y las lenguas románicas medievales. Pretendo en este artículo acentuar la importancia del estudio de esta documentación para la Historia de la Lengua Portuguesa, aportando perspectivas de estudio y haciendo un balance del estado actual de los conocimientos sobre este importante, vasto y rico corpus documental.

ABSTRAKT

Kommunikationsbereich mit eigenen Zügen und äußerst bedeutend, um die alten Zeiten der iberoromanischen Sprachen kennen zu lernen. Die lateinisch mittelalterliche notarielle Dokumentation ist sozusagen ein echtes „skripto-linguistisches“ Labor, wo jahrhundertlang Lösungen geprüft wurden, die schließlich zu Beginn des 13. Jahrhunderts zu den romanischen

Schreibweisen auf der ganzen iberischen Halbinsel führten. Bei der linguistischen, textuellen oder graphemischen Analyse der lateinisch mittelalterlichen notariellen Dokumentation muss zwangsläufig die Beziehung zwischen den verschiedenen Kommunikationstypen und -weisen in der mittelalterlichen Gesellschaft berücksichtigt werden, insbesondere die komplexe Beziehung zwischen der nicht reformierten lateinischen Schrifttradition (geerbt vom späten Altertum durch die westgotische lateinische Schreibweise) und den mittelalterlichen romanischen Sprachen. In diesem Artikel möchte ich hervorheben, wie bedeutend das Studium dieser Dokumentation für die Geschichte der portugiesischen Sprache ist; dazu trage ich Studienperspektiven bei und stelle eine Bilanz zum aktuellen Wissensstand über diese wichtige, vielseitige und reichhaltige Dokumentarsammlung auf.

RIASSUNTO

All'interno del corpus latino medievale ispanico la documentazione notariale costituisce un dominio testuale e comunicativo con sue linee interne la cui importanza per la conoscenza nei periodi antichi delle lingue iberico-romaniche non può non essere presa in considerazione. La documentazione notariale latino-medievale costituisce, senza dubbio, un vero e proprio laboratorio "scritto-linguistico" dove per vari secoli sono state messe alla prova le differenti possibilità che, agli inizi del '300 arriveranno a costituire la grafia romanza di tutta la penisola iberica. L'analisi di tale documentazione sia in senso linguistico che testuale e grafematico deve obbligatoriamente tenere in considerazione la relazione esistente tra i vari tipi e modi di comunicazione presenti nella società medievale; deve inoltre tenersi una particolare attenzione alla complessa relazione esistente tra la tradizione scritturale latina non riformata (eredità della tarda antichità con mediazioni provenienti dalla latinità visigotica) e le lingue romaniche medievali. Per mezzo di questa ricerca ho l'intenzione di arrivare a meglio definire l'importanza dello studio di questa documentazione per la storia della lingua portoghese arrivando così ad apportare nuove prospettive di studio e a riuscire a fare un bilancio dell'attuale stato della conoscenza su tale importante, vasto e ricco corpus documentale.

ABSTRACT

In the Hispanic medieval Latin corpus, legal documents constitute a textual and communicative field with their own features, whose importance in order to know the ancient periods of the Iberian-Romance languages is not superfluous to emphasize. The Latin medieval legal documents form a real "written-linguistic" laboratory where the solutions that resulted in Romance spellings throughout the Iberian Peninsula in the beginning of the 13th century were tried out over centuries. The analysis of the Latin medieval legal

documents, whether linguistic, textual or graphematic, necessarily has to take into account the existing relationship between several types and manners of communications present in medieval society, in particular the complex relationship between the Latin writing tradition which has not been reformed (inherited from the late Antiquity with the intercession of the Visigothic latinity) and the medieval Romance languages. In this paper the author tries to emphasize the importance of the study of these documents for the History of Portuguese language, providing other points of view and assessing the present state of knowledge about these important, huge and valuable documentary corpus.

RESUMO

No corpus latino medieval hispânico, a documentação notarial constitui um domínio textual e comunicativo com traços próprios, cuja importância para o conhecimento dos períodos antigos das línguas ibero-românicas não é de mais acentuar. A documentação notarial latino-medieval constitui, pode dizer-se, um verdadeiro “laboratório scripto-linguístico” onde se ensaiaram durante séculos as soluções que iriam desembocar no surgimento de ortografias romances um pouco por toda a Península no início do séc. XIII. A análise da documentação notarial médio-latina, seja de tipo linguístico, textual ou grafemático, deve obrigatoriamente ter em conta a relação que existia entre os vários tipos e modos de comunicação presentes na sociedade medieval, nomeadamente a relação complexa entre a tradição escritural latina não reformada (herdada da Antiguidade tardia com mediação da latinidade visigótica) e as línguas românicas medievais. Pretendo neste artigo acentuar a importância do estudo desta documentação para a História da Língua Portuguesa, apontando perspectivas de estudo e fazendo um balanço do estado actual dos conhecimentos sobre este importante, vasto e rico corpus textual.

RÉSUMÉ

Le corpus latin médiéval hispanique, la documentation notariale constitue un domaine textuel et communicatif, avec ses caractéristiques propres, dont l'importance pour la connaissance des périodes anciennes des langues ibéro-romanes, doit être accentué. La documentation notariale latine médiévale constitue, si l'on peut dire, un véritable laboratoire d'écriture linguistique où s'élaborèrent durant des siècles, les solutions qui donnèrent les écritures romanes pour l'ensemble de la péninsule au début du XIIIème siècle. L'analyse de la documentation notariale du moyen âge latin, soit de type linguistique, textuelle, ou graphématique, doivent tenir compte obligatoirement de la relation qui existait entre les types et modes de communication présents dans la société médiévale, en particulier la relation complexe entre la tradition

écrite latine non réformée (héritée de l'Antiquité tardive par l'intermédiaire du latin wisigothique) et les langues romaines médiévales. Dans cet article, nous souhaitons insister sur l'importance de l'étude de cette documentation pour l'histoire de la langue portugaise, et montrer les perspectives d'études, et dresser un bilan des connaissances sur l'importance, vaste et riche de ce corpus documentaire.